



Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 46.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1983

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Dirceu Manfrinato.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessutti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugúio Setogutte (40); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Werner Wanderer, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Ailton Cordeiro, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Eduardo Baggio, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Nilso Sguarezi, Osvaldo Alencar Furtado, Quielse Crisóstomo, Sabino Campos (17), e em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PMDB, indica para compor a Comissão Especial da criação da Caixa Econômica Estadual, os seguintes Srs. Deputados:

NELSON VASCONCELLOS
MÁRIO PEREIRA
ROBERTO REQUIÃO
RUBENS BUENO

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PDS indica para compor a Comissão Especial da criação da Caixa Econômica Estadual, os seguintes Srs. Deputados:

BASIÍLIO ZANUSSO
TUGUÍO SETOGUTTE
ODENI MONGRUEL
Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.
(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, a inclusão do Projeto de Lei n.º 14/83, na Ordem do Dia da sessão do dia 23 do corrente.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, Regime de Urgência à tramitação do Projeto de Lei n.º 47/83, e sua inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelos falecimentos dos Srs. IDIMÃO SIMÃO e NELSON FERREIRA.

Trata-se de pessoas pioneiras na cidade de Peabiru, que sempre trabalharam para o engrandecimento do município, constituindo o falecimento dos mesmos, perda irreparável para toda a comunidade peabiruense.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo passamento do Sr. AMANDIO GHELEEN, pessoa respeitada em todo sudoeste paranaense, onde há anos estava radicado, contribuindo para o progresso da região, ocorrido no dia 13 último, em Marmeleiro-Pr.

Requer outrossim, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Sra. Maria de Lourdes Gheleen, na Rua 13, em Marmeleiro-Pr.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de regozijo à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e ao Centro Acadêmico Hugo Simas, pela autonomia alcançada no dia de hoje, após quase 20 anos de jugo e interferências nas suas direções.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoio: LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Após o movimento armado de 1964, com as reformas promovidas no ensino superior, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná perdeu sua autonomia de direção e ação.

Da mesma forma aconteceu com o Centro Acadêmico Hugo Simas, que deixou de ser a tribuna livre, onde tantos líderes expunham seus pensamentos, onde tantas lideranças colocavam as problemáticas nacionais em discussão.

Porém, nesta data, voltaram a conviver nas suas atividades, o exercício democrático da palavra, do pensamento, da direção e da autodeterminação.

Com a chegada da autonomia, nota-se acompanhantes, a direção própria, a introdução do direito de escolha, o livre direcionamento das ciências jurídicas ao consenso daquela comunidade.

Caminha-se a passos curtos, mas caminha-se para o limbo da real democracia.

A Fauldade de Direito da Universidade do Paraná sempre representou em nosso Estado, o tribunal maior das reivindicações dos anseios nacionais. Por lá passaram e se formaram grandes juristas paranaenses. Sempre foi e sempre será uma verdadeira catedral de ensino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de regozijo pela atitude e posição assumida pelo Diretório Municipal e pela Bancada do PDS de Quedas do Iguaçu, em defesa do interesse público daquele município.

Requer ainda, que da decisão da Casa se dê ciência ao Presidente do Diretório e ao Líder da Bancada do PDS.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A posição dos componentes do Diretório e dos Vereadores da Bancada do PDS do Município de Quedas do Iguaçu não pode passar despercebida. A determinação em denunciar ao Ministro das Comunicações, Sr. Haroldo Correa de Matos, a contundente má-fé do ex-Prefeito daquele município, Sr. Pedro Geraldí, também pertencente ao PDS, demonstra que acima dos interesses partidários, estão os interesses maiores da comunidade. O ex-Prefeito Pedro Giraldi, afirmou e fez campanha eleitoral afirmando que requereu a concessão de uma rádio em Ondas Médias para a Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu, entretanto, para o desalento da população que se sente traída, acabou requerendo o direito de exploração da Rádio em Ondas Médias, em seu nome, do seu filho e genro.

Conforme já denunciemos aqui desta Assembléia Legislativa, o titular da última gestão municipal de Quedas do Iguaçu usou de evidente má-fé, em detrimento aos interesses da população do município.

Isto levou a atual gestão do PMDB protestar junto ao Dentel, a fim de que também a Fundação Cultural do Município, que tem um déficit orçamentário de vinte milhões de cruzeiros em decorrência de ser a mantenedora da Rádio FM, sem fins lucrativos, mas apenas educacionais e culturais.

Justiça se fará dar do poder público municipal o direito da exploração da concessão da Rádio em Ondas Médias, o que por sinal atenderá aos interesses da comunidade em geral, sem cores partidárias.

Nosso requerimento prende-se ao fato de que a atitude do PDS de Quedas do Iguaçu, merece registro. Uma posição séria, corajosa e cívica. Opuseram-se à vontade fraudulenta, corrupta, dolosa e mesquinha do ex-Prefeito, Sr. Pedro Giraldi.

São com atitudes desta natureza que a classe política se valoriza perante a opinião pública. Neste episódio, a voz do povo foi soberana e os políticos do PDS de Quedas do Iguaçu não titubearam e reagiram veementemente contra os interesses pessoais e de maquinação do ex-Prefeito de Quedas do Igua-

çu e que é um Líder do PDS do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado apelo no sentido de que seja, após os competentes estudos e reavaliação, reformulado o Convênio PROPAV, entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, para repasse de recursos atendidos por EBTU, BIRD, e PROPAV, para execução de pavimentação de ruas daquela comuna.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Ernane Galvêas, DD. Ministro da Fazenda, solicitando a prorrogação do convênio número 08, de 17/06/82, firmado entre aquele Ministério e os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo, que concedeu isenção do ICM de frango até 30/06/83.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Luiz Cordoní Jr, DD. Secretário da Saúde e Bem Estar Social e Professor Teófilo Bacha Filho, DD. Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, solicitando estudos visando a implantação nos vencimentos dos funcionários estatutários da Escola para Menores Professor Queiroz Filho, do adicional por risco de vida, e aos contratados sob o regime CLT, o adicional previsto naquela legislação, por periculosidade e insalubridade.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É exemplar a organização da Escola Professor Queiroz Filho, vinculado ao IAM.

Em recente visita àquela casa, pudemos constatar os cursos lá ministrados, a disciplina, a limpeza e o ambiente propício à recuperação dos menores internos.

Sentimos o orgulho dos profissionais responsáveis por aquela escola, ao mostrar-nos as dependências do estabelecimento e seu funcionamento.

Apesar disso, os internos, por ordem judicial, são em grande parte de alta periculosidade como atestam as sentenças judiciais.

Lá existem estupradores, arrombadores, homicidas, sendo muitos deles, reincidentes.

Esses menores trabalham com todos os tipos de ferramentas, podendo, se quisessem, a qualquer momento, num levante, por em risco a vida dos funcionários.

Além disso, quando lá chegam, grande parte dos internos são portadores das mais variadas doenças infecto-contagiosas.

Ficam caracterizados pois, os aspectos de insalubridade e periculosidade a que estão expostos os orgulhosos competentes e mal remunerados funcionários daquele internato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, para que autorize a abertura de uma agência bancária, no Distrito de Nova Laranjeira, no Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação baseia-se nos seguintes fatos:

- a) Nova Laranjeira situa-se às margens da BR-277, dista 20 quilômetros da sede do município, sendo uma região altamente produtiva, possuindo quatro distritos judiciários;
- b) Os moradores da região beneficiados com a agência solicitada, compreendem 1/3 (um terço) do município, cujas operações bancárias na sede tornam-se onerosas devido ao acesso difícil e distante do distrito em questão.

Assim sendo, a reivindicação acima baseia-se em fatos constatados, que sendo atendida, irá de encontro aos anseios de uma comunidade que muito tem contribuído para o desenvolvimento de Laranjeiras do Sul e do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, utilizando-se das prerrogativas que lhe são facultadas pelo Regimento Interno desta Cass de Leis, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de veemente apelo dirigido ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Fruet, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, com o sentido de solicitar àquela autoridade as gestões necessárias à instalação de uma unidade de Pronto Socorro, na região sul de nossa Capital, com atendimento dirigido às regiões abrangidas pelos bairros Pinheirinho, Boqueirão e Capão Raso.

Tal solicitação prende-se ao visível crescimento de nossa Capital, intensificado nestas áreas e que só por este fato, sem mencionar outros de real importância, encontram-se carentes de atendimento médico-hospitalar de urgência, vez que nossa cidade conta com apenas dois serviços de pronto-socorro, ambos localizados em bairros próximos ao centro.

A dificuldade na obtenção de socorro urgente pelos moradores das zonas periféricas tem ceifado preciosas vidas dos habitantes de nossa Capital.

O atendimento ao pleiteado viria sanar esse grave problema e acautelar os lares de nossa Curitiba.

Outrossim, requer ainda, que do expediente conste o inteiro teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora estamos encaminhando à Presidência desta Casa é da mais alta importância. Está embasado em dados, números e análises que consubstanciaram projeto de lei de autoria do ilustre Vereador Tito Zeglin, apresentado à Câmara Municipal de Curitiba.

Os bairros abrangidos pela área especificada no requerimento em tela, formam no conjunto uma extraordinária densidade populacional que ultrapassa hoje a 270 mil habitantes. Além disso, nessa mesma região concentram-se mais de 80 por cento das unidades industriais da Capital, reunindo considerável contingente de trabalhadores, de população flutuante, de veículos em fluxo constante não apenas na zona urbana como no aglomerado fabril e nas rodovias BR-116, Rodovia do Xisto e Contorno de ligação com a Rodovia do Café.

Não bastasse isso, o acentuado crescimento da Capital exige a instalação da Terceira UNIDADE DE PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, desafogando as duas unidades já exis-

tentes e que há tempo dão sinais de saturação. Nenhuma região é mais carente nem mais estratégica para contar com o terceiro pronto-socorro do que a região sul. Essa imensa população não conta com atendimento médico-hospitalar de urgência e está tão ou mais exposta do que qualquer outra.

São incontáveis os casos de pessoas que têm perecido por falta desse tipo de atendimento, pois muitas vezes a gravidade dos fatos impede que o paciente chegue com vida até o Cajuru ou o Evangélico.

É pois da maior urgência a implantação de nova unidade de atendimento, e a cada dia que se protele decisão desse vulto, pessoas humanas são pagas como tributo a essa demora. Curitiba não pode prescindir de mais um Pronto-Socorro.

Finalmente, devemos citar a sugestão apresentada no Projeto de lei antes mencionado, segundo o qual o novo Hospital de Pronto Socorro Municipal poderá ser instalado em terreno especificado a ele destinado ou então mediante convênio utilizar as instalações do Hospital e Clínica de Fraturas Novo Mundo, que dispõe de amplo espaço, tem capacidade de instalação de no mínimo 50 leitos e tem estratégica localização.

De qualquer forma, seja qual for o caminho seguido, importa a solução. porque é a dor, o sofrimento, a vida dos curitibanos que estão aqui em consideração.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração para que solicite da EMOPAR medidas urgentes no sentido de ser reformada a Escola Estadual "Ireno Moreira Nascimento", ensino de primeiro grau, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, que solicite da COHAPAR a construção de 44 residências financiáveis, pelo Sistema Financeiro de Habitação, cuja área já foi doada pelo Município de Tibagi ao órgão conforme Lei Municipal número 952/82, anexa.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que solicite da COHAPAR a implantação de um núcleo habitacional para o atendimento a cerca de 60 famílias na sede do Distrito de Ventania, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior que solicite da COHAPAR o reativamento do programa de desfavelamento implantando um núcleo na sede, podendo o Município de Tibagi fornecer a área de terreno necessária.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que solicite da EMOPAR a reforma urgente dos prédios que abrigam a Escola Estadual "Alberto Silva Paraná", na sede do Distrito de Ventania, e também urgência na reforma da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Tibagi.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança, solicitando a construção de prédio para a Delegacia e Cadeia, na sede do Distrito de Ventania, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança, vendo da possibilidade de a SESP custear a manutenção da Delegacia de Polícia no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a construção de Mini-Postos nas localidades de Caetano Mendes e Alto do Amparo, no Município de Tibagi.

A solicitação que ora apresentamos é de grande importância para estas localidades devido ao seu ligeiro crescimento populacional, e a distância que as separa da sede do município.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando o fornecimento de materiais necessários ao pleno funcionamento do mini-posto de saúde na localidade de Barro Preto, Município de Tibagi.

Tal solicitação prende-se ao fato de que o referido Posto está funcionando em precárias condições, não podendo dar a devida assistência à população.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, Dr. Luiz Cordoni Júnior, solicitando a atualização monetária dos valores conveniados entre a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha e

a SESB, relativos à construção de um Centro Social Rural do tipo "B-2", na sede do Distrito de Ventania, sem o que, inviabilizará sua conclusão.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado do Planejamento, solicitando repasse, através do Departamento Estadual de Estatística (DEE), de tecnologia visando a implantação de um órgão estatístico municipal, para o Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado do Planejamento, solicitando a continuidade do programa de assistência técnica prestada pela Companhia de Processamento de Dados - CELEPAR, relativo ao Projeto "Ciata" no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. Erasmo Garanhão, solicitando para que através da COPEL seja implantada eletrificação rural nas localidades de Barreiro, Sapé (Ventania), Limeira, Serrado Grande, todas no Município de Tibagi, e ainda se possível, sem contrapartida financeira por parte da prefeitura.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando o fornecimento de assistência técnica e financeira, objetivando a restauração de antiga caixa d'água que é considerada monumento histórico do Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Casa o seguinte: REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de que efetue a construção de um viaduto ou anel rodoviário na BR-277, na entrada da cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, sugestão para que, através dos órgãos estaduais da administração, sejam determinadas providências visando que o pessoal destacado para atender aos Postos de Fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual, em todo o território paranaense, tenham treinamento especializado para o atendimento e prestação de primeiros socorros, bem como os Postos de Patrulhamento sejam dotados de material necessário para o atendimento médico de emergência.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Tal providência poderá ser feita através de convenios entre o Estado, o DNER e o Ministério da Saúde e Previdência Social, proporcionando, por certo, uma das medidas mais benéficas a qual seja a do pronto atendimento junto às nossas rodovias, trazendo assim maior tranquilidade aos viajantes.

A adoção de material humano e equipamento de prestação de primeiros socorros junto aos Postos de Fiscalização ao longo das rodovias estaduais, possibilitará uma assistência de emergência nos casos de acidentes de trânsito rodoviário, e o auxílio imediato às vítimas, salvando-se assim, muitas vezes, vidas preciosas.

Um atendimento nestes moldes em nosso Estado estará inovando e propiciando o pioneirismo paranaense no atendimento e melhor proteção ao viajante de nossas estradas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao CNP — Conselho Nacional do Petróleo, solicitando informações sobre as últimas determinações daquele órgão, referentes ao transporte rodoviário de combustíveis petrolíferos.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

As pequenas transportadoras de combustíveis vem reclamando veementemente quanto às exigências a ela impostas, para seu funcionamento.

Ressentem-se profundamente, uma vez pelo fato de terem que se integrar a Transportadoras regionais que, por sua vez, devem possuir uma frota de caminhões superior a 50 veículos de carga, dando às mesmas uma cota de participação no valor do frete de 10 por cento. Enquanto isso as empresas integradas devem esperar até 30 dias, para receber os valores dos fretes feitos pela própria frota.

Estas exigências significam um verdadeiro afronto à livre iniciativa, garantida constitucionalmente em nosso País: ao mesmo tempo em que incentiva e abre portas ao famigerado monopólio capitalista sobre o setor, dando margens, inclusive, de se suspeitar de manobras entreguistas ao capital estrangeiro por parte do mercado transportador nacional.

O descontentamento das pequenas e médias transportadoras se justifica considerando que o CNP exige o pagamento à vista no comércio de combustíveis, enquanto que beneficia as grandes transportadoras com 30 dias de prazo para o pagamento de fretes realizados pelas empresas integradas. Medida que deixa transparecer a intenção de conduzir à falência as pequenas transportadoras, economicamente debilitadas.

Existem pequenas transportadoras no Estado do Paraná que sobrevivem já há 12 anos, com registros junto ao CNP, que

hoje no entanto estão em estado pré-falimentar e caso perdurarem as medidas vigentes haverão de contribuir com mais desemprego diante da inaudível paralisação das suas atividades. Só uma ação consciente e imbuída de espírito patriótico por parte do CNP poderá evitar o desastre econômico que se avizinha para as transportadoras de combustíveis, médias e pequenas, espalhadas por este Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, consubstanciado em veemente apelo no sentido de ser atribuída à Sra. Clarice Nascimento Belenda, viúva do ex-Prefeito de Centenário do Sul, Afonso Belenda, uma pensão mensal.

Tal apelo se faz em razão do estado de penúria em que se encontra aquela senhora, com problemas de enfermidades físicas e visuais, com idade já avançada e sem condições de pelos próprios meios, prover sua subsistência. A Sra. Clarice Nascimento Belenda, viúva do ex-Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Afonso Belenda, que exerceu o mandato entre 1952 e 1956, o qual, durante a sua vida pública, muito contribuiu para o progresso daquela comunidade paranaense, sem nada legar para a família, merece nesta oportunidade, que o Poder Público a ampare e a socorra, a fim de minorar as suas mínimas necessidades.

Este é o apelo que formulamos.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência o que expõe a seguir:

Manifestando minha estranheza pela entrega à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, do Relatório da Comissão Especial - Usina Central do Paraná, sem prévia consulta a este Parlamentar membro da referida Comissão, devo salientar a Vossa Excelência que o relatório em questão é apenas um esboço traçado para posterior elaboração, estando consequentemente incompleto, faltando documentos que devem ser juntados, bem como minha assinatura que deverá ser aposta ao final do texto.

Assim sendo, pelos motivos expostos, requeiro a Vossa Excelência sua retirada da Mesa Executiva.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que o reajuste das prestações da casa própria adquirida através do Sistema Financeiro de Habitação, segundo o cálculo estimativo do Banco Nacional de Habitação, deverá atingir o astronômico percentual de 130 por cento;

CONSIDERANDO que mesmo as medidas paliativas com as opções propostas não minorarão o impacto da mencionada correção sobre o orçamento já tão sacrificado das classes assalariadas;

CONSIDERANDO o impacto social dessa absurda transferência do ônus pelos gastos excessivos do Governo Federal em obras faraônicas e mal geridas para os ombros das classes menos favorecidas;

CONSIDERANDO que ao funcionário público, que teve um reajuste salarial bem abaixo dos índices reais da inflação que assola o País, tornar-se-á impossível continuar cumprindo

com suas obrigações advindas da aquisição de casa própria, através do malfadado sistema financeiro de habitação;

CONSIDERANDO que o Banco Nacional da Habitação, ao invés de atender as altas finalidades a que foi inicialmente destinado, se presta hoje para financiar os desmandos de uma administração falida;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER seja encaminhado aos Excelentíssimos Srs. Ministros da Fazenda, do Interior e Presidente do Banco Nacional da Habitação, o voto de mais veemente repúdio às medidas tomadas e de esperança em que, um dia, finalmente, os altos dirigentes da economia nacional deixem de se ocupar nos rombos orçamentários por eles mesmos gerados e atenda aos reais anseios da população brasileira por uma vida decente, pautada pela justiça social.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência, as Proposições apresentadas na legislatura anterior, sem aprovação, cuja tramitação não tenha atingido a fase de votação.

§ 1.º — O autor da Proposição ou, na sua falta, os líderes de bancadas poderão solicitar, mediante requerimento à Presidência, dentro do prazo de 15 dias da publicação desta Resolução, o prosseguimento da tramitação da Proposição, cujo andamento legislativo se pretenda manter.

§ 2.º — As proposições referidas neste artigo serão relacionadas pelo Departamento Legislativo e encaminhadas à Comissão Executiva e às Lideranças partidárias, enquanto não se esgotar o prazo previsto no parágrafo anterior e terão suas tramitações suspensas junto àquele Departamento.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

APOIAMENTO: Djalma de Almeida Cesar, Anibal Khury, Edmar Luiz Costa, Tadeu Lúcio Machado, Ervin Bonkoski Ivan Gubert, Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho e Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

Tramitam, com efeito, junto às diversas Comissões Técnicas e Seções do Departamento Legislativo, numerosas proposições que, por várias razões, perderam a oportunidade e interesse, inexistindo, dessa forma, motivo para serem submetidas à deliberação do Plenário.

Pretende-se, pois, com a presente medida, acompanhar a praxe já consagrada nesta Casa, com o objetivo de agilizar o processo legislativo e não sobrecarregar o Plenário, com matérias que, por sua natureza e finalidade, já perderam a oportunidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 55/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS", com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública tem por finalidade acolher, amparar e educar crianças órfãs e abandonadas, de 01 a 05 anos de idade, sem distinção de cor, nacionalidade, raça e crença religiosa, dando-lhes o amparo necessário e promover sua reintegração à sociedade.

A documentação anexa, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando merecer o seu apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 56/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a UNIÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA PIEDADE, com sede em Sarandi - Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A União Beneficente Nossa Senhora da Piedade, com sede em Sarandi, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo como objetivo a promoção cultural e social de seus associados.

Foi fundada em 1969 e desde então presta relevantes serviços à comunidade.

Tem personalidade jurídica, está em pleno funcionamento e seus estatutos atendem às determinações previstas em lei.

PROJETO DE LEI N.º 57/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante convênio, repassar aos municípios o produto da arrecadação do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de que trata a Lei Estadual n.º 5464, de 31 de dezembro de 1966.

Art. 2.º — OS convênios originados desta lei serão apreciados na forma do disposto no artigo 21, alínea e, inciso VIII, da Constituição do Estado.

Art. 3.º — As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria a ser consignada, anualmente, na lei de meios.

Art. 4.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoio: Anibal Khury, Tadeu França, Adhail Sprenger Passos e Nestor Baptista.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei que aguarda a acolhida e a aprovação desta Assembléia Legislativa, tem por escopo além da salvaguarda dos direitos e interesses dos municípios paranaenses, a minimização da aflitiva situação por que passam as nossas comunas, na quadra presente. Transformado em lei, gerará aos municípios recursos que possibilitarão a retomada de seu normal desenvolvimento, gerando empregos e extirpando os reflexos do grave problema social ora existente, principalmente em programa de habitação popular.

PROJETO DE LEI N.º 58/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Instituto de Zootecnia do Paraná - Fundação IZO-

OPAR, com personalidade jurídica, de direito público, e vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, com sede e foro no Município de Maringá, neste Estado, tendo como objetivos principais desenvolver estudos de experimentação e de pesquisas que visem:

1. o aperfeiçoamento e a adaptação de técnicas modernas que levam à exploração mais econômica e racional dos rebanhos;
2. à seleção e aprimoramento das espécies animais, tendo em vista a melhoria do leite, carne, ovos, lã, seda, peles, pelos, mel e outros produtos de origem animal;
3. à orientação para melhor aproveitamento da capacidade de máquinas e utensílios, bem assim da capacidade de trabalho para objetivos zootécnicos;
4. à formação de ecotipos econômicos, através de estudos de cruzamentos dirigidos, com vistas ao aprimoramento da produtividade animal;
5. à formação, conservação e utilização de produtos agrícolas, utilizáveis na alimentação e nutrição das espécies animais de interesse à Nação;
6. à utilização de produtos e sub-produtos de origem agrícola, industrial e mineral mais adequados à alimentação e nutrição animal;
7. à preservação e manutenção do estado hígido dos rebanhos;
8. ao aperfeiçoamento das técnicas de reprodução e inseminação artificial de animais;
9. à defesa ecológica.

Parágrafo único. Para melhor atender e cumprir esses objetivos poderão integrar a Fundação, mediante relação jurídica adequada, quaisquer outras entidades de direito público ou privado ou pessoas naturais.

Art. 2.^o — O patrimônio inicial da Fundação é constituído pelo crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) para atender despesas de implantação e manutenção das atividades do corrente exercício.

Art. 3.^o — Além dos recursos alocados, para constituição do patrimônio inicial, constituirão receita da Fundação:

I — dotações orçamentárias fixadas, anualmente, no Orçamento Geral do Estado;

II — empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas;

III — doações e legados;

IV — recursos oriundos de convênios; e,

V — rendas de prestação de serviços.

Art. 4.^o — São órgãos da Fundação:

I — Conselho Deliberativo,

II — Conselho de Curadores e

III — Diretoria Executiva.

Art. 5.^o — O Conselho Deliberativo, órgão de supervisão administrativa, será constituído dos seguintes membros:

I — Reitor da Fundação Universidade Estadual de Maringá, seu Presidente nato;

II — do Diretor-Presidente da Fundação;

III — de um representante da Secretaria de Agricultura e um do Ministério da Agricultura;

IV — de representantes das universidades paranaenses que ministrem Curso de Zootecnia;

V — Presidente da Associação dos Municípios do Paraná; e

VI — Sociedade Brasileira de Zootecnia.

§ 1.^o — Os representantes indicados pelos órgãos que apresentam, em lista tríplice, serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2.^o — O mandato dos membros do Conselho será de 03 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 4.^o — O Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro e patrimonial, será constituído de 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes, todos nomeados pelo

Governador do Estado, devendo ao menos 2 (dois) deles ser contador ou formação equivalente.

Parágrafo único. O mandato dos curadores coincidirá com os dos membros do Conselho Deliberativo, admitindo-se a recondução.

Art. 5.^o — A Diretoria Executiva será composta de Diretor Presidente, Diretor Secretário e Diretor Tesoureiro, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

§ 1.^o — Os membros da Diretoria receberão remuneração mensal que será fixada anualmente, por ato do Governador do Estado e, se pertencerem a quadro de servidores do Estado, deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo e a remuneração fixada na forma deste parágrafo.

Art. 6.^o — A Fundação contará, ainda, com um Conselho Técnico-Científico, Comissões Técnicas e Assessorias, a serem constituídas na forma prevista pelo Estatuto.

Art. 7.^o — O pessoal técnico e administrativo, de acordo com o quadro geral a ser estruturado pela Fundação, será contratado segundo leis trabalhistas.

§ 1.^o — Será exigido concurso de técnico ou provas para o ingresso do pessoal a que trata este artigo.

§ 2.^o — Atendida a exigência do parágrafo anterior, servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo remuneração por uma delas, com as vantagens de lei.

Art. 8.^o — O estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 9.^o — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune a tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 10 — Os bens imóveis adquiridos pela Fundação só poderão ser alienados mediante autorização legislativa.

Art. 11 — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 12 — A Fundação prestará contas globais, por exercício encerrado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 13 — Para execução do disposto no Art. 2.^o desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no montante de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) mediante cancelamento de igual importância de dotações constantes do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14 — A Fundação encaminhará, anualmente, ao Governador do Estado, relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do Balanço do respectivo exercício.

Art. 15 — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A evolução progressiva e cada vez mais acurada do nosso tempo exige o aperfeiçoamento profissional do ser humano e o domínio das técnicas para atender as necessidades e a realidade sempre mais exigente. O homem, na busca de conhecimentos, não pode parar, mas, caminhar passo a passo com o progresso da ciência e da técnica. Para isto, logicamente, há necessidade de meios e condições para acirrar o desenvolvimento, como provam as realizações de muitas nações e mesmo em certas regiões do nosso país.

Nesta tarefa de conquista e domínio na melhoria e aperfeiçoamento dos recursos e entes da natureza, sem destruí-la, destacam-se várias ciências. Entre elas, de valor incontestável, está a ZOOTECHNIA. Mas, para levar toda essa riqueza, cabedal científico de âmbito teórico ao plano prático e produtivo, faz-se necessário o INSTITUTO DE ZOOTECHNIA DO PARANÁ, uma vez que não existe em nosso Estado. O Paraná já pos-

sui o Instituto Agrônômico, localizado em Londrina. Urge a complementação da área de atendimento às fontes geradoras de bens, pela implantação deste novo órgão.

Com a criação deste Instituto, em forma de fundação, será preenchida uma lacuna aqui no Paraná, com o objetivo de efetivar, dinamizar e aperfeiçoar a produção na área animal de muitas espécies, tanto de pequeno como de grande porte. Através do Instituto, pelas pesquisas, estudos, cruzamentos e demais trabalhos experimentais, bem como científicos, atingirá seguramente extraordinários resultados para a região, para o Paraná e para o Brasil.

A localização ideal deste Instituto, sem dúvida, é Maringá, por sua colocação de cidade-pólo e porque possui todas condições favoráveis e exigidas:

a) -- a presença da Universidade Estadual de Maringá, com seus 21 cursos, entre eles, o de zootecnia. Com isto teremos professores e pesquisadores para atuar concreta e eficazmente no Instituto, com aulas, orientações e experiências tanto para os alunos como para os produtores da região. Além dos equipamentos disponíveis da Universidade Estadual de Maringá e toda a estrutura institucional e funcional, base sólida para um empreendimento deste vulto. É sabido que os grandes institutos localizam-se nas Universidades;

b) -- a área de terras da Universidade é de 72,81 alqueires, além de contar com a Fazenda experimental, com área de 65 alqueires, onde já começaram testes iniciais de criações de alta linhagem. Não há dispêndio de numerário na aquisição de terrenos, pois, eles já existem e em boa qualidade, realmente propícios para os fins adequados do Instituto. O acesso aos mesmos é facilitado, por todos os meios de condução;

c) -- a região polarizada por Maringá é a mais densamente produtora de bovinos, suínos e outros animais de porte grande. E agora partiu para a criação mais científica de animais de pequeno porte. As terras do noroeste paranaense são boas para a agricultura, porém, melhores ainda para a criação, produção de animais, de várias espécies e tamanhos, dado ao tipo de solo e o clima propício. No setor da pecuária, as regiões de Paranaíba e Umuarama e outras que fazem parte do centro polarizador que é Maringá, contando todo o Noroeste paranaense, possui um rebanho bovino estimado em quatro milhões de cabeças;

d) -- Maringá é conhecida como centro abatedor de bovinos. Mas, pouca gente sabe que Maringá é a cidade que mais abate bovinos, no Brasil, contando com três frigoríficos grandes e modelares. Até o final do ano, estima-se que o abatimento de bovinos passará de três mil reses por dia. E a região ainda conta com grandes frigoríficos em Paranaíba, Umuarama e um de suínos, em Toledo. Isto sem contar os outros menores e as iniciativas no tocante a animais de pequeno porte;

e) -- os criadores da região abrangida por Maringá, tanto de bovinos, suínos e animais menores, estão embalados na melhoria de seus rebanhos, e destacado é o esforço em abrir frentes para criação esmerada de outras espécies. Surge, de fato, um campo novo, pelo interesse que se nota e pelas iniciativas encetadas especialmente com animais menores. Para em breve, a região terá grande produção em diferentes locais e também de espécies aprimoradas, ainda mais que as condições locais são favoráveis, sobretudo pelos produtos nativos, raças produzidas aqui mesmo, condições de solo e clima adequadas;

f) -- por estas razões todas e outras inerentes ao ambiente regional, como entroncamento rodô-ferroviário e outros sistemas de comunicação, Maringá é o local ideal para localizar o Instituto de Zootecnia do Paraná. Com toda segurança tão logo esteja em pleno funcionamento este Instituto, em muito terá mudado o contexto regional, pela produção numerosa, racional, econômica e altamente rentável, com repercussões benéficas para a região e Estado, gerando empregos, divisas, animação no comércio e pioneirismo em novas tecnologias.

Entre as exigências do tempo e diante do contexto de pro-

gresso, o Instituto de Zootecnia é uma necessidade imperiosa para o Paraná, mais ainda na região do Noroeste, que tem Maringá como capital natural. Diante do exposto, e face a conjuntura presente, proponho, através de Lei, a criação do Instituto de Zootecnia do Paraná, localizado em Maringá, pelas condições facilitadas e para atender necessidades reais. A presença desse Instituto aqui na região noroeste será fator de segurança para o seu sucesso, beneficiando tantos criadores, gerando progresso, pelas incontestes condições oferecidas, em Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) -- Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz hoje a esta tribuna, é para relatar um fato lamentável que quase acontece ontem na cidade de Foz do Iguaçu. Aquela cidade, tem sido, ultimamente, palco de lutas, de desavenças, por diversos fatores que a sociedade nos impõe. O primeiro fato que ocorre para o aumento da violência, é o desemprego, o desespero das famílias que precisam de um sustento para o seu lar, fato que mais tem gerado a violência, não só na minha região, mas em todo o País.

Dias atrás, os jornais estamparam a morte de um empresário da construção civil, morto em plena Av. Brasil, pelo Vereador Percilino, Líder do PMDB na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Os fatos da morte não me cabe analisá-los, a justiça e a polícia é que são encarregados para apurar os fatos. Mas vim à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para pedir ao Sr. Secretário de Segurança Pública, segurança de vida para o pacato, honrado e trabalhador Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Clóvis da Cunha Viana, que recebeu, no dia de ontem, em Foz do Iguaçu, ameaça de morte. Graças a Deus, a polícia agiu com cautela, cuidando da residência do Prefeito, da própria Prefeitura Municipal e escoltou o Prefeito e sua família até o aeroporto local, cuidando da retirada deste e com garantia de sua vida.

Solicito do Sr. Secretário de Segurança Pública, através de Vossa Excelência, Sr. Presidente, segurança de vida para o Prefeito, um policiamento mais ostensivo em Foz do Iguaçu e, acima de tudo, uma operação chamada "pente fino", para desarmar a população de Foz do Iguaçu e das cidades vizinhas.

Precisamos preservar a vida do ser humano, porque ninguém por maior que seja o motivo, tem direito de tirar a vida de um ser que só a Deus cabe, tirar a vida de um cidadão ou de um ser humano. Por motivos políticos não acredito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pois o Prefeito de Foz do Iguaçu, dentro da sua humildade, recebe constantemente críticas de seus Vereadores com muita tranquilidade. Nunca usou dos meios de comunicação para responder acusações, atiradas pelos Vereadores tanto do PMDB como do PDS.

Muitas vezes, nós o cobramos: "Prefeito, temos que dar uma resposta". E ele por si só diz: "O Parlamento é constituído para que haja críticas e as fiscalizações ao Poder Executivo, temos que aceitá-las". Mas o Prefeito de Foz do Iguaçu está ameaçado de vida, segundo a imprensa e os próprios policiais de Foz do Iguaçu. É um pistoleiro paraguaio que fora contratado para matar o Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que seja o portador das palavras deste Deputado, dirigida ao Sr. Secretário de Segurança, que acredito que tomará as providências necessárias.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) -- Concedo a palavra ao

segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos enviando um requerimento dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, focalizando um assunto muito importante para Curitiba, onde nós somos um dos Deputados representantes, ou porque não dizer, o mais votado de Curitiba. Tenho certeza que esse requerimento vai de encontro também aos interesses do nosso Deputado Nestor Baptista que hoje nos honra em presidir esta sessão.

O requerimento que ora estamos encaminhando à Presidência desta Casa, é da mais alta importância, embasado em dados, números e análises, que consubstanciaram um projeto de lei de autoria do ilustre Vereador Tito Zeglin, apresentado à Câmara Municipal de Curitiba.

Os bairros abrangidos pela área especificada no requerimento, formam no conjunto uma extraordinária densidade populacional que ultrapassa hoje a 270 mil habitantes. Além disso, nesta mesma região, concentra-se mais de oitenta por cento das unidades industriais da Capital, reunindo considerável contingente de trabalhadores, de população flutuante, de veículos em fluxo constante, não apenas na zona urbana, como no aglomerado fabril nas Rodovias BR-116, Rodovia do Xisto e contorno de ligação com a Rodovia do Café. Neste requerimento, estamos pedindo a instalação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, da terceira unidade de Pronto Socorro Municipal em Curitiba, desafogando as duas unidades já existentes e que há tempo dão sinais de saturação. Nenhuma região é mais carente nem mais estratégica, para contar com o terceiro pronto socorro do que a região Sul. Aquela imensa população não conta com atendimento médico-hospitalar de urgência e está bem mais exposta do que qualquer outra. São incontáveis os casos de pessoas que têm perecido por falta desse tipo de atendimento, pois muitas vezes a gravidade dos fatos impede que o paciente chegue com vida até o Hospital Cajuru ou Hospital Evangélico.

É pois, da maior urgência, a implantação da nova unidade de atendimento e a cada dia que se protele decisão desse vulto, vidas humanas são pagas como tributo a essa demora. Curitiba não pode prescindir de mais um Pronto Socorro.

Finalmente, devemos citar a sugestão apresentada no projeto de lei, antes mencionado, segundo a qual o novo hospital de Pronto Socorro Municipal poderá ser instalado em terreno especificado e a ele destinado, ou então mediante convênio, utilizar as instalações do Hospital de Clínica de Fraturas Novo Mundo, que dispõe de amplo espaço, com capacidade de instalação de, no mínimo, 50 leitos e tem estratégica localização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso companheiro Vereador Tito Zippin, que apresenta esse projeto de lei para a criação deste Pronto Socorro, não poderia deixar de receber a nossa adesão particular, de Deputados que representamos Curitiba nesta Assembléia.

E queremos reafirmar que este atendimento não só vai beneficiar a Zona Sul de Curitiba, mas como também municípios da região metropolitana. Porque hoje nós sabemos da deficiência de hospitais em outras cidades que vizinham com a nossa Capital.

De qualquer forma, seja qual for o caminho seguido, importa-nos a solução porque é a dor, o sofrimento, a vida dos curitibanos e de toda esta região que estão em consideração.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentei um requerimento solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que fosse prorrogado o convênio de número 8, firmado em 17/06/82 e que isentava de ICM, convênio firmado entre o Ministério da Fazenda e as Secretarias de diversos Estados, a atividade econômica relacionada com o frango.

Quero, como justificativa, ler neste momento o telex recebido da cooperativa de Cafelândia, a COPACOL. (Lê): "Solicitamos que esta entidade interceda junto aos órgãos competentes no sentido de obter parecer favorável quanto à prorrogação do Convênio número 8, de 17/06/82, firmado entre o Ministério da Fazenda e Secretarias dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, que concedeu a isenção do ICM de frango até 30 de junho de 1983.

Este assunto será discutido na próxima reunião do CONFAZ, Conselho Nacional de Política Fazendária, que deverá ser realizada no próximo dia 11 de junho de 83. Caso ocorra a taxa de ICM, estará decretada a falência da avicultura paranaense pela total inviabilidade econômica dessa atividade. Se for tomada tal medida, comprovará, mais uma vez, o descaso de nossas autoridades para com os problemas das classes produtoras, que são obrigadas a contribuir até com os que não têm condições.

A COPACOL, visando melhorar as condições econômicas de seus associados e contribuir para a contenção do êxodo rural, estimulou pequenos e médios agricultores a investir na avicultura. Esses agricultores serão colocados em situação de insolvência, pois não terão condições de amortizar os compromissos financeiros assumidos.

Por outro lado, não há condições de repassar esses custos para o consumidor que já está sobrecarregado e não consegue absorver os custos gerados pelos malefícios inflacionários. Entendemos que tal medida, no momento, é inoportuna e inaceitável, pois os grandes prejudicados serão: primeiro o produtor pela perda de estímulo e rentabilidade; segundo o consumidor, pela perda de carne mais barata ao alcance das classes operárias; e terceiro, o País, pela perda de uma crescente fonte de receitas cambiais, causando grande número de desemprego a nível de indústrias e a nível de produtor.

Assinado: Ildo Pasquali, Presidente; Walter Pital, Vice-Presidente; Benjamim Mota, Diretor-Secretário".

Senhor Presidente, isto é algo importante, porque a atividade da avicultura na nossa região, onde se verifica um grande êxodo rural, tem crescido principalmente em função do incentivo que a COPACOL tem dado à avicultura. Isto tem ajudado a fixar o homem do campo. É necessário, portanto, que as autoridades fazendárias desses Estados e o Ministério da Fazenda, sejam sensíveis a este problema e prorroguem este convênio, continuando isentos de ICM as atividades relacionadas com a comercialização e industrialização do frango.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Casa recebe com muita honra uma comitiva de Iguaraçu, liderada pelo Vereador e Presidente do PMDB, Sr. Sebastião Martins da Silva Filho.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Anibelli, inscrito.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Estamos apresentando aos companheiros Deputados um requerimento, no qual nos dirigimos ao Sr. Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda, Ministro do Interior e Presidente do Banco Nacional de Habitação. Apresentamos neste requerimento, Srs. Parlamentares, o mais veemente repúdio às medidas tomadas e anunciadas através da imprensa e da tele-

visão, do aumento de cento e trinta por cento nas prestações da casa própria.

Considerando que os reajustes das prestações da casa própria, adquiridas através do Sistema Financeiro de Habitação, segundo o cálculo estimativa do Banco Nacional de Habitação, deverá atingir o astronômico percentual de cento e trinta por cento. Considerando que mesmo as medidas paliativas, com opções propostas, não minorarão o impacto da mencionada correção sobre o orçamento já tão sacrificado das classes assalariadas; considerando o impacto social dessa absurda transferência do ônus pelos gastos excessivos do Governo Federal em obras faraônicas, e mal geridas para os homens das classes menos favorecidas; considerando que o funcionário público que teve o reajuste salarial bem abaixo dos índices reais da inflação que assola o País, tornar-se-á impossível continuar cumprindo com as suas obrigações advindas da aquisição da casa própria, através do malfadado Sistema Financeiro de Habitação; considerando que o Banco Nacional de Habitação, ao invés de atender as altas finalidades a que foi inicialmente destinado, presta-se hoje a financiar os desmandos de uma administração falida; nós neste requerimento, apresentamos o nosso repúdio e temos a certeza que contaremos com o apoio de todos os Srs. Parlamentares, pois creio que a maioria dos Srs. já obteve empréstimos através deste sistema, também os srs. funcionários, o humilde trabalhador que trabalhou, às vezes, a vida inteira, pensando no sonho da casa própria, levando esperanças à sua família, e um dia não pagou mais aluguel. Foi morar bem longe, talvez num subúrbio ou numa casinha da COHAB, levando para lá a esperança de sua casa própria.

Com este aumento desastroso destes incompetentes que estão a dirigir este País, os mutuários estão vendo chegar ao fim o seu sonho de continuarem morando em suas casas próprias. Que fim de vida! Que desespero, um pai de família, depois de tantos anos, a trabalhar e labutar e colocar a sua família em uma casa, ter que, derrotado, sair daquela casa com os seus e voltar a pagar o aluguel.

Nós Deputados, defensores deste povo tão sofrido e angustiado, temos que mandar este requerimento, Srs. Deputados do PDS, e Deputados do PMDB, dizendo da nossa insatisfação pela má conduta no sistema do BNH, do Sr. Ministro do Planejamento, ao Sr. Ministro das Finanças, aos homens que estão vendo o seu acordo com o FMI não ser respeitado porque não cumpriram com as exigências, estão aí a querer tirar tudo do coitado do trabalhador brasileiro, tão sofrido, tão pisoteado, tão amargurado, que está já morrendo até de fome.

É solicitando o apoio de todos, que estamos endereçando à Mesa o nosso requerimento, para que seja votado e seja mandado, ao menos, o voto da Assembléia do Paraná, dos representantes de todos os paranaenses, e o nosso NÃO a esta má política habitacional neste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Spada, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Faz hoje 230 dias que o jornalista Juvêncio Mazarollo está preso. (Lê):

“Assistimos, na manhã de hoje, uma solenidade que marcou a reconquista da autonomia da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e a instalação do setor de ciências jurídicas. 1970 representou um duro golpe na reforma do ensino superior imposta pelo autoritarismo.

Ouvimos, Srs. Deputados, um comovente discurso do acadêmico Ivonei Sfoggea, em nome do Centro Acadêmico Hugo Simas, uma veemente condenação à centralização dos cursos de direito, administração de empresas, ciências contábeis e econo-

mia em um mesmo conselho setorial, segundo os padrões do acordo MEC-USAID.

Colocada sob o tacão do autoritarismo, as universidades brasileiras perderam a essência da liberdade, representada pela autonomia administrativa e didática; os professores foram colocados sob suspeição e os alunos que defendiam a reforma do ensino passaram a ser tratados como delinquentes políticos. Tudo de acordo com os Decretos 477 e 228.

Apesar disso, Sr. Presidente, não conseguiram silenciar a voz dos mestres e dos alunos, que jamais deixaram de lutar por uma universidade livre. A Faculdade de Direito, então entrinçada numa subdivisão burocrática de duvidosa utilidade, sempre foi uma caixa de ressonância do inconformismo de todos os que protestavam contra o estado de coisas vigente no País.

Em 1978, promovendo a avaliação da reforma adotada pelo oficialismo, o Centro Acadêmico Hugo Simas demonstrou os seus efeitos negativos e levantou a bandeira da restauração da Faculdade de Direito, didática e financeiramente autônoma, como premissa lógica da necessária elevação da qualidade do ensino, afirmando que o curso jurídico, por sua própria natureza, deve ser livre e independente.

O renascimento da Faculdade de Direito que hoje se concretizou, vem de encontro aos interesses da sociedade, artífice e beneficiária das instituições jurídicas. E este fato deve ser creditado aos professores daquela instituição e a todos os seus alunos, que apesar do obscurantismo reinante, nunca deixaram de lutar pelos seus direitos.

A autonomia não será jamais interpretada como uma dívida dos reitores ou diretores, mas sim como uma conquista dos que não se deixaram intimidar e se recusaram a cruzar os braços.

Agora, Srs. Deputados, a luta continuará pela preservação da autonomia das universidades, para que o ensino superior seja ampliado à toda população, tenha sua gratuidade constitucional garantida.

Só assim será garantido o acesso aos bancos universitários a todas as camadas sociais. Nunca é demais dizer que vivemos em uma sociedade de pobres e que a instituição do ensino pago transformaria o ensino num privilégio dos mais abastados.

Sempre entendemos, Sr. Presidente, que o ensino público e gratuito é um dever inalienável do Estado e nos rejubilamos ver que a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná renasce das cinzas, representadas pelo arbítrio que a sufocava. O que sem dúvida se deve, em grande parte, às lutas desenvolvidas pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, que nunca deixou de protestar e reivindicar, quando muitos silenciavam e se omitiam.

Ao Centro Acadêmico Hugo Simas, aos professores e diretores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, queremos manifestar desta tribuna, os nossos mais sinceros aplausos, a nossa solidariedade que não é gratuita, nem oportunista, porque sempre comungamos dos mesmos ideais.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O litoral do nosso Estado, caracteristicamente, é uma das regiões mais carentes. E como se não bastasse, o desemprego que grassa naquela região, torna a situação grave e com tendência a piorar cada vez mais. Entendemos que o litoral é a base do nosso Estado. Foi em Paranaguá, como sabem os Srs. Deputados, que nasceu a cultura e a civilização do Paraná. Portanto, tudo o que é bom para o litoral, será ótimo para este Estado. (Lê):

"As dificuldades da hora presente para que o Paraná possa enfrentar o grave problema do desemprego estão a exigir um renovado esforço de ação do nosso empresariado, com vistas a criar novas oportunidades de trabalho, rompendo o imobilismo que está dominando a ação governamental, que deveria estar voltada para esse grande objetivo, que é criar mais empregos em nosso Estado.

Não há dúvidas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que essa atuação constitui um novo desafio, mas que, felizmente, podemos aceitar, porque, aos nossos empresários, não tem faltado o espírito de colaboração para superarmos dificuldades e a firme disposição para enfrentar desafios — sejam os mais difíceis — transformando-os em vitórias para o nosso povo e para o desenvolvimento paranaense.

Cabe acrescentar que aos esforços empresariais, corresponde o fato de que o Paraná dispõe de potencialidades a serem exploradas, bastando, para tanto, acionar mecanismos que estão ao nosso alcance e que são capazes de propiciar uma rápida resposta às necessidades imediatas de geração de novos empregos.

Com esse objetivo, devemos chamar a atenção para a realidade de que os projetos do setor pesqueiro são de rápida maturação, podendo atingir pleno desenvolvimento na faixa de seis meses a três anos, além do que poderão ser implantados em quaisquer regiões do Estado, cabendo ressaltar as ótimas condições oferecidas pelo nosso Litoral, para implantação de projetos de cultivo, captura e industrialização de pesca.

Dentre as muitas vantagens que podemos enumerar, está a de que nas imediações de todo porto pesqueiro industrial, entreposto ou terminal pesqueiro, há o surgimento ou a consolidação de um parque industrial, compreendendo estaleiros navais ou de construção e de reparos, e indústrias de pesca, trazendo paralelamente, o desenvolvimento do setor de serviços, tais como bancos, comunicação, transporte e industrialização, todos geradores de empregos.

Outro importante aspecto que desejamos acentuar, é que dispomos em nosso País de tecnologia para cultivos de ostra, mexilhão e camarão, todos produtos de excelente preço e larga aceitação nos mercados externo e interno. Esses cultivos só poderão ser realizados nas áreas estuarinas, isto é, nas baías de Paranaguá, Laranjeiras, Antonina, Guaraqueçaba e Guaratuba, todas elas localizadas na microregião homogênea do litoral paranaense, com desnível de desenvolvimento econômico em relação às demais partes do Paraná. É bom recordar que a atividade de agricultura é estimuladora da geração de empregos.

Para comprovar a importância e lucratividade desse importante segmento econômico, que é a pesca, no último triênio, a Coordenadoria Regional da SUDEPE, no Paraná, recebeu visitas de representantes das Embaixadas do Japão, Portugal, Canadá, Inglaterra, França e Noruega, manifestando interesse de empresários de seus países, de constituírem firmas sob a forma de "joint venture" para atuarem no setor pesqueiro no Paraná.

É preciso destacar que o Governo Federal oferece estímulos ao setor pesqueiro, tais como, isenção do imposto de renda, isenção do imposto sobre produtos industrializados, e, no caso de captura destinada ao comércio exterior, a redução de trinta por cento do preço do óleo diesel. Todavia, o Estado do Paraná, todos os anos, por intermédio de empresas privadas, vem transferindo vultuosos recursos, via incentivos fiscais do imposto de renda, a outros Estados brasileiros, como ocorre com o FINOR, cuja área de aplicação de recursos captados é o Nordeste; com o FINAM, cuja área de aplicação é a Amazônia; com o Fiset/TURISMO, que é aplicado nas Regiões Sul/Sudeste do País; e Fiset/REFLORESTAMENTO que é destinado a todo o território nacional.

Os recursos captados para o FINOR e FINAM não geram

empregos em nosso Estado e o Fiset/TURISMO tem canalizado seus recursos aos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina".

O Sr. Leônidas Chaves — Vossa Excelência concede um aparte, nobre Deputado Nelson Buffara? (Assentimento).

Ilustre Deputado Nelson Buffara, Vossa Excelência está trazendo a esta Casa, no dia de hoje, realmente, um assunto que nos interessa, e que nos toca de perto. Os Parlamentares devem se preocupar, como Vossa Excelência, com a situação angustiante e com a situação real, do povo paranaense e do povo brasileiro. Neste momento Vossa Excelência abre um jornal e começa a ler, que o problema que mais aflige hoje este País é o desemprego.

Vossa Excelência, como ontem fez o Deputado Erondy Silvério, tão sabiamente desta tribuna, defendeu o empresariado agrícola do Paraná.

Vossa Excelência hoje defende um plano. Posso dizer a Vossa Excelência, que estive em Brasília, na semana passada, e os Deputados do Norte e Nordeste estão amplamente preocupados com este assunto, que é o projeto pesqueiro e com outros projetos de grande envergadura. Esta nação deve se estruturar para que consigamos abrir uma maior possibilidade de emprego, de aproveitamento de mão-de-obra, atendendo hoje, ao grande desemprego que nós temos neste País.

Claro que isto não é fruto de um Governo ruim, de um Governo que não sabe administrar o País. Ontem à noite, peço fazer um parêntese, ouvi as palavras do Presidente João Figueiredo. Realmente, como brasileiro, sinto-me reanimado quando ouço o Presidente da Nação, um homem, embuído dos melhores propósitos; um homem que tem dado ao Brasil, o sacrifício extremado; um homem que ficará na história deste País, como o grande administrador de crises. O Presidente João Figueiredo dizia, quando o repórter Ney Gonçalves perguntava sobre a sucessão presidencial: "Nós teremos, evidentemente, o nosso partido. Um partido consciente, que procura catequizar os seus homens, no sentido de abrir as grandes portas para que estabeleçamos neste País, um movimento realmente comunitário."

Comunitário, nós entendemos aquilo que vem de encontro aos anseios do povo paranaense, do povo brasileiro.

Deputado Nelson Buffara, Vossa Excelência foi muito oportuno, está sendo muito feliz, quando representa basicamente o litoral paranaense, quando se preocupa com os projetos, com discursos e pronunciamentos desta natureza. Quero cumprimentá-lo pela sua felicidade. Ao invés de discutirmos nesta Casa, quantos quilos de café o Governo está gastando ou Governo anterior gastou, quanto de economia se faz hoje etc., eu diria a Vossa Excelência, que os Deputados desta Casa, ao ocuparem a tribuna como Vossa Excelência está fazendo, deveriam fazê-lo no sentido de abrir portas para que o País, com a nossa ajuda, como homens, como pessoa física e como Deputados para que com a ajuda da comunidade brasileira, possa supplantar esta grande dificuldade que atravessamos hoje.

Meus parabéns, Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado Leônidas Chaves, Vossa Excelência nesse aparte, demonstra que entende como eu e como os Srs. Deputados haverão de entender, que nós somos responsáveis. Com nossa conduta, nosso trabalho nesta Casa, somos responsáveis, para que possamos transferir uma imagem ao povo do Paraná, de que estamos preocupados com o problema sério e grave, que parece ser insolúvel. Se não cruzarmos os braços, se pesquisarmos, buscando condições de superar estas dificuldades, iremos atingir um objetivo comum com consenso, que é o de minorar o sofrimento dessa gente, buscando novos empregos.

(Lê): "O Fiset/PESCA em 1982, noventa e um milhões e oitocentos mil cruzeiros, no Estado do Paraná, enquanto só no Rio Grande do Sul foram captados oitocentos e dez milhões

e seiscentos mil cruzeiros. Dez vezes mais que o Paraná."

Será que nós, em relação aos gaúchos, somos um povo subdesenvolvido? Somos um povo que não sabemos encontrar a solução para as nossas dificuldades? Ou será falta de garra, falta de disposição, para que possamos lutar e igualarmos aos outros brasileiros, de outros Estados da Federação?

E para evidenciar este disparate, Srs. Deputados, basta mencionar que o PIB do Paraná é praticamente igual ao do Rio Grande do Sul.

Este fato demonstra a necessidade de maior engajamento à geração de novos e tão necessários empregos no nosso Estado, pois esta participação pode ser considerada inexpressiva, se mencionarmos que as empresas beneficiárias com incentivos fiscais do "FISEP Pesca no Paraná", foram em anos anteriores apenas a TRANSPESCA S/A., Transporte e Distribuição de Pescados Nacionais, e a NUTRIGEL S.A. - Alimentos Congelados, duas apenas do Paraná, beneficiadas com este recurso que é estimulante, que deve ser buscado pelo Paraná, porque ele é vantajoso em todos os sentidos.

Através de Projeto da Vara Comum, no corrente, a CONPETE, Agricultura S/A., a terceira empresa, mediante projeto próprio.

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamo esta Assembléia, conclamo este Poder Legislativo a desenvolver esforços para que os incentivos proporcionados pela autorização doze e meio por cento do Imposto de Renda a serem pagos por pessoas jurídicas, sejam optados para FISEP Pesca, e que nossas empresas apresentem projetos para utilização desses recursos em nosso Estado.

A ação dos Deputados paranaenses, poderá ser ampliada com a manifestação desta Casa, junto às entidades de classe do empresariado, mediante envio de expediente, renovando-lhes a certeza de que estão conscientizados dos benefícios que advirão desta sua opção para o desenvolvimento do Paraná e para transferência de novos avanços sociais ao seu povo, contribuindo sobremaneira desta forma como sempre têm feito nossos empresários para conquista de novas etapas do progresso econômico do Paraná, particularmente do nosso querido litoral, que temos a honra de representar nesta Assembléia ao lado das demais regiões do nosso Estado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA — Com muito prazer concedo o aparte ao ilustre Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Nelson Buffara, com atenção assistimos nesta tarde o discurso de Vossa Excelência, idêntico nós assistíamos ontem o discurso do Deputado Nestor Baptista, dois importantes temas para o nosso Estado.

Vossa Excelência requer o que todos nós queremos, a geração de novos empregos através de incentivos fiscais de melhorias do custo na taxação de impostos do custo na taxação de juros que vem sendo cobrados e implantados para o nosso empresário.

Realmente, nós como Parlamentares, temos que discutir nesta Casa assuntos de importância, como Vossa Excelência acaba de trazer.

Aliás, Deputado Nelson Buffara, cada vez que Vossa Excelência assume a tribuna desta Casa é para defender a sua região e acima de tudo o nosso Estado.

Vossa Excelência tem o nosso apoio e acredito que de todos os Parlamentares que constituem a Assembléia Legislativa do Paraná.

O que nós precisamos é fazer com que o empresariado do Paraná, também faça projetos que possam receber incentivos fiscais.

A comparação que Vossa Excelência fez do Estado do Rio Grande do Sul com o Estado do Paraná, é uma realidade que deve faltar garra ao paranaense de todos os Estados do

Brasil que aqui constituem uma sociedade nova.

Mas precisamos usar da nossa força, usar do nosso presépio para gritar alto e bom som às nossas autoridades federais por melhores incentivos e ao empresariado paranaense.

Nunca devemos incentivar, como nós temos visto neste Governo que se implantou no Paraná invasões nas coisas alheias que foram adquiridas com sacrifícios, com fogo, luta, como denunciava ontem o Deputado Erondy Silvério.

Então Deputado Nelson Buffara é fazer como Vossa Excelência está fazendo, defender o Paraná, lutar pelo Paraná e esquecer as nossas desavenças políticas; nesta hora dar as mãos em benefício do desenvolvimento comum do Paraná, pelo futuro de nossos filhos e pelo futuro de nossos descendentes.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e ele me dá condições para conclamar um Deputado que teve expressiva votação em Paranaguá, que é o Deputado Nestor Baptista, primeiro Vice-Presidente. O Deputado Nestor Baptista, primeiro Vice-Presidente, tem condições que eu tenho, no Estado do Paraná, para buscar soluções eminentemente litorâneas, já que o Deputado foi muito bem votado em Paranaguá e nos demais municípios, e acho que o Deputado o fará com muito prazer, uma vez que tem procurado dignificar os votos que ele recebe nas várias regiões do Estado.

Entendo que Paranaguá, na região do litoral, é o único município que tem condições de sobreviver; os demais municípios estão perecendo. No instante em que faço esta observação, não só ao Deputado Nestor Baptista como aos demais Deputados votados no litoral, que se unam em torno desta causa comum. Somente assim é que seremos dignos dos votos que recebemos dos nossos eleitores.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — Sinto que se hoje o Paraná recebe poucos recursos de incentivos fiscais para a pesca, que isso se deve a uma política errada adotada pela SUDEPE.

Veja o Senhor que quando foi adotada a prática dos incentivos fiscais para a pesca, e criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEP, proliferaram inúmeras — por toda costa brasileira — centenas de empresas pesqueiras, principalmente nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. O que se via foi que se a medida tinha um aspecto positivo que colocava, através do incentivo, a possibilidade do desenvolvimento da pesca, no País, a falta de estrutura da SUDEPE, a falta de fiscalização e de gente competente para analisar a viabilidade dos inúmeros projetos, empresas pesqueiras que se apresentaram para conseguir esses recursos, fez com que, tristemente, verificássemos que por todo litoral, a grande maioria dessas empresas acabou fechando suas portas, falindo, pois iniciaram por imobilizações altíssimas, iniciaram essas empresas sem experiência na pesca alguma, com recursos fáceis, porque não era fiscalizada sua aplicação e criteriosamente analisados os projetos. Isso, acho, Deputado Nelson Buffara, é que faz com que o Senhor hoje ocupe essa tribuna, demonstrando o desalento pela falta de recursos pelo desenvolvimento da pesca. Mas essas falências, o fechamento dessas empresas em todo País, pode ter certeza, desestimulou os empresários a atuarem no ramo pesqueiro porque pareceu que essas falências demonstraram que não era um ramo rentável — a exploração da pesca. Mas a verdade é que desestimulou, em função dessas falências, foi gerado pela falta de critério, digo pela falta de fiscalização e de critério no repasse de recursos a empresas que não tinham estrutura, que não tinham condições de receber aqueles recursos da SUDEPE.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado pelo aparte esclarecedor e que acrescenta, com raro brilhantismo, o que talvez fosse necessário para complementar nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando alguns minutos que ainda nos restam, queremos, neste momento, levar ao conhecimento da Casa, que nós estamos redigindo um expediente que deverá ser, se aprovado por esta Casa, encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança Pública para que o povo de Antonina possa sentir-se gratificado desde que o Senhor Secretário assim entenda e possa colaborar com aquele povo.

Há trinta ou quarenta dias passados, em Antonina, uma das suas quadras tradicionais quase que foi arrasada por um sinistro, um incêndio de grandes proporções. Antonina não contou e não conta com um Corpo de Bombeiros; para debelar aquele incêndio foi necessário que duas viaturas se deslocassem de Paranaguá e uma que, com rara felicidade, se encontrava em Morretes, prestando um serviço, deslocou-se, de imediato, para Antonina, e conseguiu fazer com que as proporções não fossem além do que três prédios tri-centenários de Antonina.

A Câmara Municipal de Antonina me faz um apelo, como aos Srs. Deputados que compõem esta Casa, apelo no sentido de que o Secretário de Segurança possa oferecer alguma coisa em equipamento, apenas em equipamento, para aquela cidade tradicional tão hospitaleira e amiga, porque, para operar com esse equipamento, o povo de Antonina, em termos de comunidade, fará com que, a custo zero para o Governo do Estado, eles possam oferecer, depois de adestrarem, de prepararem pessoas da comunidade, o serviço de bombeiros, de motoristas etc., sem ônus algum ao Governo do Estado, desde que, o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança possa oferecer algum equipamento, para que Antonina não seja novamente, num futuro próximo, vítima de um sinistro de conseqüências catastróficas, como esse que houve há cinco semanas passadas.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Congratulo-me com Vossa Excelência, novamente, trazendo um assunto importante para a economia paranaense.

Mais ainda, nobre Deputado Nelson Buffara, Vossa Excelência ao analisar o assunto com tamanho conhecimento, com tamanha profundidade, revela ao Paraná e à Assembléia Legislativa, que é um digno representante do litoral paranaense.

Vossa Excelência honra a tradição cultural de Paranaguá, berço da civilização paranaense, e honra os seus ilustres conterrâneos, que honraram o Paraná em diversas funções públicas, tais como o Professor Bento Munhoz da Rocha Neto e o ex-Senador Accioly Filho.

Mais ainda, nobre Deputado Nelson Buffara, Vossa Excelência, mercê de sua capacidade intelectual e do seu denodado amor ao litoral paranaense, Vossa Excelência demonstra, inequivocamente como é possível um Parlamentar do Partido da Oposição oferecer concretas sugestões para amenizar o problema do desemprego no Paraná.

Há questão de um mês atrás, Vossa Excelência assumiu a tribuna desta Casa, e fez um pronunciamento muito importante, quando sugeriu às autoridades financeiras estaduais que abrissem mão de uma pequena quota do ICM equivalente a seis ou sete por cento da arrecadação estadual de ICM para que os micro-empresários paranaenses pudessem oferecer mais empregos no momento de desemprego nacional.

E, infelizmente, a Assembléia Legislativa não recebeu, ainda, resposta das autoridades financeiras estaduais a respeito da sugestão concreta que Vossa Excelência apresentou, para minorar o problema do desemprego no Paraná.

E, hoje, nesta tarde, Vossa Excelência preocupado com o caixara do litoral, vem sugerir um cuidado maior com o desenvolvimento da pesca, da atividade pesqueira do nosso Estado, atividade rentável, de vez que outros países têm, na pesca, uma das suas principais fontes de crescimento econômico e que, lamentavelmente, no Paraná, pelos números que Vossa Excelência apresentou, está relegada a uma atividade de segundo

plano.

Por isto receba, eminente Deputado, a par dos meus cumprimentos pessoais, a solidariedade da sua bancada.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, Deputado, eminente Líder Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

E quando eu falo em litoral, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou convicto, estou plenamente seguro de que falo, não por ser litorâneo nativo, nasci em Paranaguá, mas, todos os Srs. Deputados, todo o povo do Paraná busca o litoral periodicamente, nos fins de semana e nas temporadas de praia, para o seu lazer, para o seu descanso, para uma higiene mental. Por isto entendo, sem vacilar e sem receio de errar, que, nós todos haveremos de, juntos, buscarmos uma solução para a região mais carente do Estado, que é o litoral.

Encerrando, terminando o meu pronunciamento nesta tarde, queria registrar um fato que, pela sua singularidade, chamou-me a atenção ontem, logo após chegarmos a esta Assembléia, ao redor das 14:00 horas, 14:30 horas.

Quando chegava a esta Casa, ontem, para uma nova sessão plenária, ao encostar o meu carro vi que chegava uma Brasília, uma Brasília modesta, e, o seu condutor não era nada mais, nada menos, do que o Sr. Presidente desta Casa, Deputado Trajano Bastos de Oliveira. Surpreendi-me, cheguei-me a ele e disse:

— Trajano, você, dirigindo este veículo?!

Ao que ele respondeu:

— Prefiro, eu acho que as coisas têm que ser levadas com mais seriedade, com mais objetividade.

Então, quero neste momento render minhas homenagens ao Deputado Trajano Bastos, Presidente desta Casa, hoje ausente da sessão, pelo fato que eu assisti e que me conquistou, porque, se nós atravessamos dificuldades, nós no Paraná, os demais Estados da Federação, os Srs. Governadores da Situação ou da Oposição, enfim, do Brasil todo, este fato merece um registro especial, que deve ser seguido por tantos Deputados quantos possam igualá-lo, pela sua grandeza e pela sua humildade!

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência consulta à Liderança do Partido Democrático Social, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "UM IMPERATIVO INADIÁVEL

IMUNIDADES PARA TODOS OS NÍVEIS LEGISLATIVOS.

- Os princípios da separação dos poderes públicos;
- O instituto imunitário no Direito pátrio;
- Constituição do Paraná, de 1946, assegurava a inviolabilidade do mandato do vereador;
- São técnicos os fundamentos de inconstitucionalidade argüida pelo Supremo Tribunal Federal;
- As Constituições estaduais que ainda asseguram imunidades aos Vereadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A plenitude democrática, legítimo anseio dos povos livres, só é alcançada quando efetivamente independentes e soberanos são os poderes públicos. Sob o calor de sentimentos liberais, plasmou-se a consciência política brasileira a inspirar as lutas emancipacionistas, as guerras de libertação e a proclamação dos direitos humanos. Respeitando essa tradição as Cartas Magnas, invariavelmente, desde o diploma constitucional de 1824, elaborado sob a égide da Monarquia, mantém inalteráveis os princípios fundamentais de respeito aos direitos do cidadão e preservam os limites adequados da separação dos poderes Exe-

cutivo, Judiciário e Legislativo.

O famoso artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, enunciava:

"... toda sociedade na qual não está assegurada a garantia dos direitos, nem determinada a separação dos poderes, não tem Constituição".

É de Montesquieu, o grande mestre da cultura enciclopédica francesa, este lapidar trecho sobre a separação dos poderes, contida no memorável "L'Esprit de Lois":

"... a experiência eterna mostra que todo homem que tem poder é tentado a abusar dele: vai até onde encontra limites. A própria virtude tem necessidade de limites. Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder".

Para Montesquieu a tripartição dos poderes é a receita ideal da liberdade política:

"... a liberdade política, num cidadão, é esta tranquilidade de espírito que provém da opinião que cada um possui de sua segurança; e, para que se tenha esta liberdade, cumpre que o governo seja de tal modo que um cidadão não possa temer outro cidadão. Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura, o Poder Legislativo está reunido ao Poder Executivo, não existe liberdade pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Não haverá também liberdade se o poder de julgar não estiver separado do Poder Legislativo e do Executivo. Se estivesse ligado ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse ligado ao Poder Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos".

Sobre tais princípios ergueu-se o edifício institucional democrático entre as nações do mundo ocidental, dentre elas o Brasil. Mas a estrutura do Estado, entre nós, assentada num presidencialismo exageradamente forte, tem deixado, ao longo da história pátria, deploráveis seqüelas. A dissolução do Parlamento, pelo arbítrio do Poder Executivo, os períodos de "estado de sítio" e as prolongadas fases dos "regimes de exceção", tem transformado o Legislativo num poder frágil vitimado pelos caprichos do exarcebado poder central. Este, além de ser o "poder armado", manipula discricionariamente a vida econômica do País, comanda isoladamente as finanças e, ainda mais, invade a área legiferante do próprio Legislativo.

A fim de que os princípios ideais da separação dos poderes não se resumam a mera abstração teórica, é que se trava permanente e árdua luta em favor de prerrogativas parlamentares estáveis e que talvez se obtenham unicamente com a elaboração de uma nova Carta Magna para o Brasil, nela incorporando-se, em definitivo e de forma clara e meridiana, os almejados preceitos democráticos.

No dizer do emérito jurista Themístocles Cavalcanti, a divisão funcional dos poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário,

"... representa uma luta constante para a preservação de uma separação entre os três e pela manutenção severa de todos eles, a fim de evitar que a tirania se implantasse no mundo com o predomínio de um poder e, dentro desse poder, o predomínio de um homem."

Todas as nossas Constituições, desde a do Império, man-

tém respeitada tripartição atualmente prevista no artigo 6.º da atual Carta Magna:

"São poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

O Artigo 113, do mesmo diploma constitucional, assegura aos magistrados as três clássicas garantias fundamentais: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.

Desde a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 os membros do Poder Legislativo recebem tratamento especial que lhes resguarde o exercício do mandato:

"Art. 20 — Os deputados e senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.

Art. 21 — Os deputados e senadores não podem ser presos, nem processados criminalmente, sem prévia licença da sua Câmara, salvo flagrante delito. E, neste caso, levado o processo até pronúncia exclusiva, a autoridade processante remeterá os autos à Câmara respectiva, para resolver sobre a procedência da acusação, si o acusado não optar pelo julgamento imediato".

O instituto imunitário representa a pedra angular em que repousa a eficácia do princípio da independência dos poderes públicos. Sem ele a representação conferida pela comunidade acaba por sujeitar-se aos excessos do poder realmente forte, que dispõe fartamente de técnicas e de meios para intimidar ou seduzir, frustrando o Parlamentar do nobre intento em desempenhar suas funções com inteira liberdade de ação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente em nosso sistema federativo as atividades dos membros do Poder Legislativo não são, por inteiro, protegidas, visto que a garantia das imunidades não alcança os integrantes das Câmaras Municipais. Discordamos do argumento de que o Vereador desempenha uma função menor ou apenas "paralegislativa". Basta compulsar as atribuições conferidas às Câmaras Municipais, acometidas principalmente da alta responsabilidade na legislação tributária local, para nos perfilarmos com o mesmo ponto de vista do Ministro Hahnemann Guimarães que, embora vencido quando da histórica decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, de 1948, que considerou inconstitucional a extensão das imunidades parlamentares aos legisladores municipais, sustentava que

"... a função legislativa é essencialmente do mesmo caráter. Não se pode recusar às Câmaras de Vereadores que elas exerçam Poder Legislativo reduzido a certos limites".

Por sua vez, o singne jurista Themístocles Cavalcanti assim comenta o acórdão restritivo do STF:

"... a imunidade não cobre somente a atividade legislativa, mas o exercício do mandato popular que se estende à fiscalização dos atos do poder público, ao emprego dos dinheiros públicos, do cumprimento das leis à garantia dos direitos individuais".

É de outro emérito doutrinador do nosso Direito Constitucional, Barbosa Lima Sobrinho, este depoimento:

"... não há função legislativa mais característica de uma casa representativa que o exercício do poder tributário, fonte de onde vieram os maiores paramentos, na formação do Direito Público moderno".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A inviolabilidade parlamentar em todos os níveis do Poder Legislativo Legislativo não é fato inédito: a Constituição do Paraná, promulgada em 1946, agasalhava o salutar princípio nestes termos:

"Art. 128 — Nos territórios dos municípios onde forem eleitos, o prefeito e os vereadores gozarão das mesmas imunidades asseguradas aos deputados por esta Constituição".

As imunidades invocadas neste supra-citado artigo estão consubstanciadas no Art. 10 daquele mesmo diploma:

"Art. 10 — Os deputados são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos.

Desde a expedição do diploma, até à inauguração da legislatura seguinte, os deputados não poderão ser presos, exceto em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia".

Parágrafo único — No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de 48 horas, à Assembléia, para que esta resolva sobre a prisão, e autorize, ou não, a formação da culpa."

Também a Constituição da Paraíba, do mesmo ano de 1946, assegurava imunidades aos Vereadores. Atualmente apenas as Constituições do Rio de Janeiro (artigo 178) e de Santa Catarina (artigo 24) mantêm a inviolabilidade dos edis. A de Minas Gerais, menos incisiva, estabelece, no entanto, no artigo 60 parágrafo único, que

"... será respeitada a independência dos vereadores, no exercício do mandato, por suas opiniões e votos".

Mas a incorporação, em Constituições estaduais ou em leis orgânicas dos municípios, do instituto imunitário também aos Vereadores, tem sempre esbarrado na jurisprudência já firmada pelo Supremo Pretório da Nação, segundo a qual

"... não basta a analogia da função deliberante municipal com a função legislativa federal e estadual, para que se admita a extensão das imunidades parlamentares aos legisladores municipais. As imunidades constituem privilégios que não podem ser estendidos sem base segura na Constituição Federal."

Outro doutrinador do Direito Constitucional, José Afonso da Silva, aceita a prerrogativa a nível municipal desde

"... que concedida pela Constituição do Brasil, e de modo expresse, não lhes sendo aplicável a que é prevista para os Senadores e Deputados".

Ora, Sr. Presidente, é fácil deduzir, que a denegação das prerrogativas aos Vereadores não representa uma oposição de conteúdo ideológico, mas simplesmente de ordem técnica. Referindo-se ao acórdão que inquiriu a iniciativa de inconstitucional, Barbosa Lima Sobrinho nos dá essa nítida ilação:

"... não há, no texto constitucional, nenhuma norma que possa ser invocada como base das imunidades devem ser uma garantia de todo e qualquer Poder Legislativo poderia ser invocada, no caso, mas a verdade é que a Constituição Federal não se limitou a essa ilação genérica, quando criou, em relação aos Estados, a norma expressa do art. 7.º, VII, "b" (hoje art. 10, VII, "c"). E não sabemos como se remediar essa situação numa lei ordinária, a que dificilmente o Supremo Tribunal Federal, com jurisprudência já firmada, deixaria de fulminar como inconstitucional, desde que limitasse poderes e competência constantes da Constituição de 1946".

Devemos, pois, procurar os caminhos adequados para que o Poder Legislativo, a que pertencemos, seja realmente protegido por efetiva separação dos poderes públicos, em todos os níveis parlamentares, não se excetuando, portanto, o legislador municipal. Quem desconhece que é nas pequenas localidades do vasto interior brasileiro onde as paixões políticas mais se exaltam e se inflamam, arrastando seus protagonistas a trágicas situações? Quem não sabe que é nos municípios menores onde a fúria das represálias dos todo-poderosos detentores dos Executivos se abate sobre o representante do povo que ouse colocar

em dúvida a honesta aplicação dos dinheiros públicos?

A imunidade não deve ser interpretada apenas sob o ângulo geográfico da menor abrangência legiferante (mas há os casos das grandes cidades) e, sim, como um direito que a Constituição Federal, de forma inequívoca e incontroversa, deva conferir ao mandato, objetivando proteger a instituição e, por extensão, proteger o detentor ocasional desse mesmo mandato. Pois que atingido este atinge-se a instituição a que ele pertence. O fortalecimento democrático será alcançado quando nenhum dos poderes estiver dependente de outro ou seus membros sob qualquer tipo de ameaça que comprometa sua livre atuação.

Uma nação conquista sua completa integração quando soma a incolumidade territorial ao patrimônio cultural construído através dos séculos.

A separação dos poderes públicos incorporou-se a esse patrimônio cultural como irrenunciável conquista jurídica do nosso sistema político.

Mas não podemos entender e nem admitir que os princípios fundamentais da tripartição não abranjam todos os estratos do Poder Legislativo, subtraindo às Câmaras Municipais prerrogativas a elas inerentes, sujeitando-as a humilhante discriminação.

É lá nos confins da Pátria que o Pavilhão Nacional também se ergue em modestos prédios, alguns inteiramente precários ou gratuitamente cedidos pelos Executivos municipais, onde, sob a invocação de Deus, celebram-se sessões legislativas no mesmo rito que o de qualquer outro Parlamento deste País e sob a mesma legitimidade representativa haurida nas urnas democráticas.

Não bastassem as terríveis dificuldades de ordem financeira que os municípios atravessam que reduzem profundamente sua própria autonomia política diante da manifesta dependência diante do Poder Executivo, as Câmaras de Vereadores são ainda penalizadas pela discriminação constitucional.

O processo redemocratizador teve seu ponto culminante nas eleições de 15 de novembro último, mas sua consolidação é tarefa permanente que nos cabe cumprir.

Queremos, Sr. Presidente, que esta Casa, comungando com as idéias e os sentimentos aqui expostos, trave verdadeira cruzada em prol das imunidades aos Vereadores, não apenas restabelecendo os preceitos da Carta Estadual de 1946, mas pugnando pela consagração desses princípios na Constituição Federal a fim de que as garantias esporadicamente cedidas por alguns diplomas estaduais não esbarrem na Jurisprudência já formada pelo Supremo Pretório. Pois sendo uma só e indivizível Nação devemos possuir leis amplas e gerais, uniformes e justas e que a todos os cidadãos acobertem."

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Edgar Pimentel, gostaria de mais uma vez repetir aqui, agora, o que eu havia dito ontem, quando do pronunciamento do Deputado Nestor Baptista. Vossa Excelência traz, realmente, um assunto de grande importância ao conhecimento e apreciação dos seus Pares nesta Casa e faz uma colocação que parece muito significativa, acusando a inexistência de proteção e a não referência expressa na Constituição Federal da imunidade ao Parlamentar a nível municipal, a imunidade a um Vereador.

Coloca muito bem num quadro comparativo, que estamos diante de uma similitude de conteúdos e de uma diferença de forma.

Então, o conteúdo é exatamente o mesmo do Poder Legislativo, seja ele em que plano se estabelecer, ao passo em que a forma, isto sim, está deixando, no que se refere ao Vereador, de receber a conveniente defesa e proteção da Carta Maior.

Estamos vivendo um momento histórico na vida do País

e por certo, dentro em breve, assim esperamos, a Constituição seja revista não só no sentido de que tenha ela uma forma única, que seja um diploma único e acabado, mas que seja uma Carta que diga respeito a uma realidade hoje presente, que se desista de certos aspectos de uma realidade já não mais existente. Parece-me que, nesse particular, a sua intervenção ganha muito em oportunidade.

Vossa Excelência também observa, a imunidade cobre não somente a atividade legislativa mas o exercício do mandato popular. Principalmente, no caso do Vereador, que compõe o ponto mais íntimo, mais estreito de conotação entre o serviço público de um lado e o povo de outro lado. É indispensável que tenha esse Parlamentar, a nível municipal, que como Vossa Excelência colocou, nada é mais representativo ao Poder Legislativo, do que o poder de se manifestar e de elaborar a respeito de tributos. Assim sendo...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito que Vossa Excelência conceda mais cinco minutos ao Deputado Edgar Pimentel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere.

O Sr. Odeni Mongruel — Assim sendo, nada mais procedente que este legislador a nível municipal tenha pela sua natureza, pela essência do trabalho que desenvolva as proteções naturais de um Estado organizado.

Vossa Excelência coloca um aspecto bem nítido, principalmente em que se vê envolvido o Vereador nas pequenas localidades, que é a capacidade que tem ele, é a atribuição que lhe é conferida de fiscalizar o emprego do dinheiro público. Muitas vezes, os homens públicos de um modo geral, mormente nos pequenos municípios, não estão suficientemente conscientizados da importância dessa responsabilidade e o Vereador fica sujeito a reações assim não previstas nos diplomas legais.

Então eu quero, neste momento, em que se sente o clima presente e que se busca todos aqueles independentemente de partido, identificados com a situação nacional, a elaboração de uma nova Carta Magna que defina novas atribuições, que consagre as já existentes e que ainda são úteis e verdadeiras e que se pense também no caso específico que Vossa Excelência traz no dia de hoje, e que se refere portanto a imunidade do Vereador.

Meus parabéns, Deputado Edgar Pimentel e muito obrigado.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Agradeço a valiosa contribuição que Vossa Excelência, Deputado Odeni Mongruel, empresta ao pronunciamento que ora fazemos nesta tribuna. Gostaria também, de inserir essa sua colocação ao pronunciamento que ora estamos realizando.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero agradecer também a Liderança que me concedeu mais alguns minutos e para encerrar pediria a esta Presidência, dado que a matéria é longa e os cinco minutos concedidos pela Liderança seriam insuficientes, para que pudéssemos colocar todos os argumentos que pesquisamos para realizar este pronunciamento; gostaria que a Presidência autorizasse para que ficasse nos Anais da Casa e também publicado fossem todos os argumentos que estão inseridos neste pronunciamento, para que pudessem ser publicados no Diário da Casa e desta forma, todos os nossos Deputados, os nossos Pares, pudessem tomar conhecimento do inteiro teor desta matéria, que trazemos a esta Casa à apreciação dos Excelentíssimos Senhores Deputados, que culmina num apelo que fazemos em favor da imunidade Parlamentar, estendida aos brilhantes e operosos Vereadores, Edis, que atuam nas nossas Câmaras Municipais.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Edgar Pimentel, Vossa Excelência realmente traz um assunto de vital importância para a organização das comunas paranaenses e brasileiras e traz um conhecimento

de causa. Vossa Excelência que veio da aguerrida região Oeste do Paraná, conhece a luta e sacrifício que têm os Vereadores e as Câmaras Municipais para bem exercerem os seus mandatos.

O Vereador talvez seja o representante popular mais legitimamente vinculado ao povo. É ele que conhece o drama do distrito, da água, da vila, da comunidade enfim, e faz do seu mandato parlamentar, verdadeiro sacerdócio em muitos casos.

Portanto, eu teria alguns argumentos a aduzir à brilhante exposição que Vossa Excelência faz nesta Casa, mas limito-me, na condição de Líder e amigo, a dizer com total sinceridade meus cumprimentos pelo pronunciamento de Vossa Excelência, e a minha sugestão de que Vossa Excelência diligencie ao Departamento de Imprensa e Divulgação da Assembléia Legislativa, no sentido que o seu pronunciamento seja publicado em "opúsculo" e possa ser distribuído a todas as Câmaras Municipais do Paraná, para que os Vereadores saibam que nesta Casa há Deputados, como Vossa Excelência, interessados em oferecer aos Vereadores do Paraná, melhores condições de trabalho.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa a Vossa Excelência que está encerrado o tempo de vinte minutos e consulto à Liderança se prorroga ou se fará uso dos dez minutos restantes.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Por um minuto, Senhor Presidente.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Agradeço a colocação que faz o brilhante Líder, Deputado Luiz Alberto Oliveira, que vem, realmente, enriquecer este pronunciamento, esta matéria que levantamos nesta Casa, e também quero colher o ensejo e pedir que seja inserido neste pronunciamento o aparte que Vossa Excelência faz nesta ocasião. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Por dez minutos, a Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, no horário destinado à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cada dia, o povo paranaense constata mais uma inverdade nas afirmações que, repetidamente, faziam o candidato José Richa e os membros do PMDB, na sua pregação eleitoral, quando afirmavam que o nosso Estado se tornara inviável, face ao volume de sua dívida.

Hoje, desmentindo suas afirmações de ontem, os homens do PMDB reconhecem que estavam, deliberadamente, a enganar os eleitores paranaenses. E como prova do que afirmamos, queremos nos reportar às declarações dos assessores da Secretaria das Finanças, registradas na edição de hoje do conceituado jornal paranaense "Gazeta do Povo".

Dizem os assessores do Secretário Erasmo Garanhão, que o nível do endividamento do Estado permite "rolar" a dívida sem dificuldade, reduzindo o déficit orçamentário significativamente.

Isto é, ao contrário do que afirmavam e continuam dizendo os representantes do PMDB e o Sr. José Richa, o Paraná foi muito bem administrado, até que o PMDB assumisse o Governo do Estado, pois, se assim não fosse, como poderia "rolar" a sua dívida sem dificuldades?

(Lendo): "Outro aspecto a ressaltar sobre o déficit orçamentário, é que a Secretaria das Finanças está considerando que existe a possibilidade de o Governo Federal negociar, diretamente, o pagamento de parte da dívida dos Estados, o que reduziria a parcela de pagamentos deste ano, segundo números não oficiais, em cerca de setenta por cento.

Além disso, para as autoridades financeiras paranaenses, qualquer solução — novos empréstimos, ou reforma dos antigos — será fundamental para equilibrar o Orçamento. Se o Estado emprestar trinta milhões de dólares, reduzirá em quase vinte por cento o déficit anual e, se diminuir a parcela de cinquenta e dois milhões de dólares, em setenta por cento, cai também o

deficit.

Como vemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aí temos a demonstração das mentiras eleitorais e as inverdades das afirmações sobre a situação em que o PMDB recebeu o Governo do Estado. Temos, também, a comprovação da ajuda do Governo Federal ao Paraná, como o Governo do Presidente João Figueiredo, agindo sem discriminações contra os Governadores oposicionistas, ao contrário do Governador José Richa e do seu Secretariado que estão discriminando os Prefeitos do PDS.

Outra demonstração de que o PDS não usa de discriminações, é a aprovação pelo Senado, onde o partido constitui a maioria, da autorização para que o Governo do Paraná possa realizar um empréstimo de trinta milhões de dólares, que, também, ajudarão a reduzir o deficit orçamentário.

Os Senadores do PDS proporcionaram todo o apoio para que essa autorização fosse aprovada. É bom recordar, que, quando Senador da República, o Sr. José Richa, criou diversas dificuldades para que fosse concedida a necessária autorização do Senado a operações financeiras semelhantes a esta. O seu partidário, Senador Leite Chaves, também criou dificuldades às pretensões paranaenses de mobilizar recursos internos e externos, que pudessem ajudar o nosso Estado a implantar projetos sociais e econômicos de grande importância para o nosso desenvolvimento.

E o que dizer da atuação do então Senador Biônico Afonso Alves de Camargo Neto que saiu do plenário para não votar contra a pretensão do povo do Paraná?

Nós, os paranaenses, só podemos responder que o povo jamais esperara que representantes do nosso Estado votassem contra os interesses maiores da sua população, numa inequívoca demonstração de quebra do compromisso que assumiram, ao tornarem-se seus mandatários no Senado Federal da República brasileira.

Quebra de compromisso calcada na mesquinha política de três representantes do PMDB contra um Governo do PDS.

E hoje, que o Sr. José Richa é Governador, que representa o PMDB no Governo paranaense, presenciamos, do outro lado, a grandeza política dos Senadores do PDS, e do Governo da República em ajudar a administração estadual, como está fazendo o Presidente João Figueiredo, ao proporcionar recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FAS, do Banco Nacional da Habitação e do Projeto CURA para programas do Governo do nosso Estado, em benefício do nosso povo, sem alguma discriminação política, numa atitude que deveria ser acompanhada pelo Governo José Richa, que está a discriminar os Prefeitos do PDS, numa ação política que está recebendo a reprovção unânime do povo paranaense".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência registra a visita honrosa para esta Casa, dos Vereadores de Chopinzinho, do PDS.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, por quinze minutos fará uso da tribuna, o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Por quinze minutos, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez, o Chefe da Nação usou do horário nobre, via satélite, disputando o IBOPE com os artistas da novela: "Louco Amor".

No programa, "O Presidente Sem Povo", Sua Excelência apresentou mais um capítulo da empolgante novela: "Síndrome Sucessória". Respondendo perguntas previamente selecionadas.

A moda agora é falar em sucessão. Essa nova moda ditada

pelo Planalto, é o prato feito, todos os dias, para os jornais, rádios e televisões. Com isto, o Planalto tenta desviar a atenção dos brasileiros, dos seus verdadeiros e angustiantes problemas.

No programa de ontem, o "Presidente Global", comentou que 964 pessoas indicarão o futuro Chefe da Nação, que obviamente será biônico; e que 44,1%, desses votos, estavam no Nordeste. Esse percentual é que motivou a viagem de Sua Excelência ao Nordeste, no dia de hoje. Onde irá, segundo ele, trocar impressões, observar as tendências e sentir as preferências das bases do seu partido, do PDS, partido da subserviência.

Sua Excelência voltou a negar que seja candidato à reeleição, apesar dos apelos dos gaúchos. E, mais uma vez, foi personalista ao dizer: "eu fiz a anistia. Eu fiz eleição. Eu dei posse aos Governadores. Eu vou coordenar a eleição".

Mas apenas para refrescar a memória de Sua Excelência, é bom lembrar que a anistia foi uma conquista popular. Os segmentos sociais organizados foram os responsáveis pela anistia. Com relação às eleições de 15 de novembro, a mesma coisa. Os segmentos sociais organizados é que pressionaram e o povo conquistou o direito de votar no seu Governador. Ninguém deu nada de graça. O povo conquistou.

Indagado sobre a possibilidade de sua reeleição, em condições excepcionais, como afirmaram os Ministros Leitão de Abreu e Ruben Ludwig, Sua Excelência comentou que condições excepcionais seria uma crise social, um regime ameaçado, uma ameaça à democracia. A crise social está aí, ninguém desconhece.

Sua Excelência falou também na ampla votação do PDS, ...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Em seguida. Que reflete a vontade política da maioria do povo. Que maioria? A dos privilegiados? A dos interesses internacionais? A maioria do povo, e Sua Excelência sabe muito bem, esgotou os limites da paciência. O povo quer mudanças radicais no campo social e econômico. Ele não está preocupado com a sucessão presidencial na forma como estão colocando, uma eleição biônica...

O Sr. Aírton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — ... uma autêntica farsa. O povo está preocupado sim com a sucessão de desmandos, de erros, de entreguismos e de corrupção.

Falar em sucessão presidencial por via indireta, num País de subnutridos, de sub-empregados, de marginalizados, é zombar da desgraça do povo brasileiro. Acreditamos até que Sua Excelência tem feito um esforço terrível para acertar. Mas para cristalizar a sua credibilidade junto ao povo brasileiro, o Chefe da Nação precisa, antes de mais nada, acabar com a longa noite de dezenove anos e acenar com a perspectiva de uma manhã de sol, refletindo uma verdadeira democracia, uma verdadeira justiça social no País. Um Brasil para brasileiros, é isto que o povo quer.

Que o Presidente expulse os "ratos" que se reúnem em seus fétidos porões, para venderem a soberania nacional. Que acabe de vez a ditadura que separou civis e militares, não apenas em termos de remuneração, mas em todos os níveis. Os setores mais conseqüentes das Forças Armadas sabem que o fardo é muito pesado.

Como disse José Maria Rabello:

"A separação entre civis e militares pode ter sido nociva aos civis, mas que acabou se transformando num câncer para a própria instituição militar, colocada hoje numa posição muito incômoda de suspensão de desprestígio."

Tanto que é quase impossível de se ver, hoje em dia, um oficial fardado andando pelas ruas.

Como se falar em sucessão num quadro destes? Aliás, os

próprios companheiros do partido do Chefe da Nação, o PDS, entendem que existem coisas mais importantes para se tratar neste momento de crise nacional. O Governador de Pernambuco, por exemplo, Roberto Magalhães, ontem na televisão, disse que ele estava preocupado sim, mas é com a crise do desemprego, com a seca do Nordeste. Ele tem cuidado muito mais destes problemas do que debatido o aspecto sucessório. E o Governador é do PDS, partido do Chefe da Nação.

O Sr. Leônidas Chaves — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Em seguida. O Deputado Haroldo Stanford, Deputado Federal do mesmo partido do Chefe da Nação, do mesmo partido do Sr. Delfin Neto, que é o PDS, disse: "não sou farsante para participar de uma eleição que só tem um eleitor. Se quiserem o nosso voto, tratem-nos bem. Não é com pancada que o Governo vai nos domar. Hoje somos mais de quarenta Deputados do PDS que não aceitam imposições. É preferível perder o mandato a ser obrigado a votar num candidato da convenção". (Palavras textuais do Deputado Federal Haroldo Stanford, cearense, do PDS). Pelo menos ele demonstra que o cabresto por lá não está tão curto como nesta Casa.

Enquanto o Chefe da Nação percorre o Nordeste falando em sucessão, aqui no Paraná o tema também ocupa espaço. Dividido entre o trabalho de bloquear as verbas para o Governo do Estado do Paraná e a sucessão presidencial, o General Ney Aminthas de Barros Braga "tira o pijama" da aposentadoria e vai à luta. Manteve encontro reservado de duas horas com o ex-Presidente Geisel, no Rio de Janeiro. O que foi tratado, só Deus sabe. O que se sabe é que os Deputados Federais do PDS do Paraná, ao mesmo tempo que visitam Ministérios, vão bloqueando e boicotando verbas para o Governo do Estado do Paraná...

O Sr. Aircon Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — ... se dividem nas suas preferências. Muitos "malufistas", outros "aurelianos", outros ainda "andreezzas". Aqui na Assembléia Legislativa a oposição "calça curta", que está mais para alcagüeta do que para oposição, ainda não se manifestou. Ou melhor, pelo que li na "Folha de São Paulo", o Líder do PDS desta Casa disse que Maluf é uma grande liderança, um homem de grande coragem. Como se nota, o "malufismo" também tem defensores nesta Casa.

Mas não há dúvida que o termo sucessão é o último modismo no País.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Mas voltando ao programa de ontem, em rede nacional...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — ... o entrevistador do Chefe da Nação disse que dado...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — ... o crescente interesse do programa, resolveu-se fixar através de pesquisa...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, normalmente na tradição desta Casa, e falo amparado no Regimento Interno, porque gostaria de dirimir dúvidas, quando um Parlamentar refere-se a outro, quando solicitado um aparte, ele concede aparte. Porque caso contrário seria até covardia, por parte do orador que está na tribuna, não estabelecer o diálogo, e apenas o monólogo nesta Casa.

Deixo registrado, portanto, nesta questão de ordem, a minha insatisfação com o comportamento do Deputado Fiori Luiz nesta tarde.

O SR. FIORI LUIZ — Mas voltando ao programa de ontem em rede nacional, via satélite, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Apenas para redimir a Questão de Ordem, a Mesa informa que de acordo com o Artigo 78, o Deputado pode solicitar o aparte, porém o item 5, deverá o Deputado que usa da palavra dar-lhe a permissão, se assim o desejar.

Está com a palavra o Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — No programa de ontem o entrevistador do Chefe da Nação, disse que dado o crescente interesse pelo programa, resolveu-se fixar, através de pesquisa o novo horário para a fala do comandante da Nação.

Será às segundas-feiras, às 21,30, em cores, via satélite para todo o Brasil.

E após o capítulo de ontem da empolgante novela "Síndrome Sucessória", o Brasil assistiu em paz a mais um capítulo de "Louco Amor".

Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Deputado Fiori Luiz, foi na própria Rede Globo de Televisão, durante esta semana, num dos programas humorísticos, que a rede definiu a sucessão presidencial no Brasil.

O humorista falou para todo o Brasil, se a eleição for direta, ganha a Oposição, se a eleição for indireta, o Malluf compra.

O SR. FIORI LUIZ — Aliás, o Malluf compra muitas outras coisas.

Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Paulo Furiatti — Ainda em relação a este aspecto de sucessão, hoje vimos o Deputado porta-voz do PDS e ex-Deputado Federal, Paulo Pimentel, na sua rede de televisão, fazer uma análise da sucessão muito a gosto do PDS, porque é uma sucessão indireta, que obviamente é gosto do PDS, porque não conta com o povo e se contasse, eles não estariam discutindo.

Nessa análise, o ex-Deputado Paulo Pimentel, inclusive que foi um dos seus critérios quando era administrador, foi sucessivamente ir eliminando os candidatos do PDS a esta sucessão, e em certa altura, deu a entender que o candidato ideal para a sucessão seria o General Walter Pires, mas como existe alguma coisa direto do Planalto de que seria um civil, ele sutilmente sugeriu que efetivamente o General poderia passar à reserva e se tornar um civil.

Então nós observamos que este espírito da candidatura atinge plenamente a Bancada do PDS, porque entendemos que eles sabem muito bem da situação em que se encontram, e sabem perfeitamente que a única forma de se manterem no Poder, é continuar a meia dúzia de apaniguados conseguir manter esta eleição.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) — Respeito a Vossa Excelência, chamada nominal, de vez que Vossa Excelência está verificando que não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) — Sr. Presidente, já ocorreu nesta Casa, ele estava na tribuna, de um Deputado do PMDB pedir a chamada nominal, quando nós estávamos fazendo uso da palavra.

A própria Bancada do PDS, através de alguns Deputados, criticou o procedimento do Deputado do PMDB e com razão houve a crítica do PDS.

Então, nós entendemos que, se está na tribuna o Deputado Fiori Luiz, é também um desrespeito ao orador pedir a chamada nominal justamente agora. Pode até ser regimental, mas é um desrespeito, Sr. Presidente, que se espere o Deputado Fiori Luiz concluir o seu raciocínio, seu pensamento, seu dis-

curso, depois então se faça a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Regimentalmente, a Mesa informa que deve acatar a Questão de Ordem havida pelo Deputado Líder do PDS, e se assim se mantiver, determina ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal para prosseguimento da sessão.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados). Trinta e seis (36) Srs. Deputados responderam à chamada, nobre Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência, a título de esclarecimento, informa aos Srs. Deputados que a Assembléia Legislativa, segundo o art. 18 da Constituição do Estado do Paraná, não poderia funcionar sem a presença de pelo menos, um terço dos seus membros.

Continua com a palavra, havendo número legal, o Deputado Fiori Luiz, por três minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Satisfeita a vontade do Líder do PDS, concedo o aparte ao Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Muito obrigado, Sr. Deputado. Vossa Excelência traz para a sessão de hoje um assunto que precisa ser analisado mais vezes: é preciso parar, nesta Nação, de se criticar, única e exclusivamente, a Delfin Neto e outros Ministros da área econômica do Governo Federal. É preciso que os homens da Oposição, os homens do PMDB, enfim que a Nação brasileira saiba que, se há um grande culpado pela crise em que vive o País, não é só Delfin Neto, não é só Ernani Galvêas e tantos outros Ministros, mas, acima de tudo, o Sr. Presidente da República, General Figueiredo. É ele o Chefe da Nação, é ele quem nomeia os Ministros, é ele quem mantém esses mesmos Ministros; é ele quem dá as cartas, quem comparece a programa de televisão, quem mantém contatos com a Nação e define, dizendo que fará assim, fará aquilo, fará aquele outro.

Então, é ele o responsável, nobre Deputado. Vamos parar com essa história só de Delfin Neto, porque nós estamos livrando a cara do maior culpado por esta crise que vive a Nação brasileira, que é o Sr. Presidente da República, o General Figueiredo.

Concluindo, enquanto se apontar culpados, se enaltecer, se criar Delfin Neto e outros Ministros de quem se fala tanto neste País, vamos continuar engordando homens como Paulo Salim Malluf, vamos continuar criando verdadeiros monstros como esse que se diz candidato a Presidente da República do Brasil.

É preciso, repito, apontar na ferida, na questão, apontar o grande culpado.

Vossa Excelência disse há pouco, sobre o ex-Governador, Ney Braga, o aposentado ex-Governador do Paraná, que está voltando à ativa. Acabei rindo, praticamente sozinho e fiquei a imaginar a volta de Ney Braga, Deputado Fiori Luiz, à ativa, saindo do pijama, é a mesma coisa que alguém querer hotar o Ademir da Guia a jogar futebol, outra vez, no time do Palmeiras. Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Mas o problema levantado pelo nobre colega, do Deputado Paulo Malluf, o Deputado Paulo Malluf não tem culpa de nada. Paulo Malluf tem dinheiro. Como dizem que cada homem tem seu preço, e muitos que nós conhecemos estão em liquidação, o negócio fica muito mais fácil.

Era isso, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência consulta à Liderança do PMDB se fará uso dos 15 minutos restantes.

Com a palavra o nobre Deputado Roberto Requião de Mello e Silva.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois da eficiente análise global da situação política brasileira, efetuada com tranquilidade pelo Deputado Fiori Luiz, quero descer o nível do debate desta Assembléia, não em qualidade, mas na hierarquia da estrutura do Estado brasileiro, ao Município de Rio Branco do Sul, município da nossa região metropolitana, administrado até antes de 15 de novembro, por um Prefeito do PDS.

Tenho aqui o relatório de uma auditoria exônômico-financeira da Prefeitura, e especialmente, do convênio Propave.

Como era esse município administrado pelo pessoal desse partido, que ainda hoje administra o País. Administra ou é administrado pela dívida externa?

O Orçamento da Prefeitura de Rio Branco do Sul chega a 800 milhões de cruzeiros, menos de 1 bilhão de cruzeiros.

Os comprometimentos do município, em contas vencidas e não pagas, chegam a 175 milhões de cruzeiros; as contas que se vencem mensalmente no ano de 83, chegam a 340 milhões de cruzeiros; encargos sociais que não foram empenhados, com o IAPAS, Fundo de Garantia e Pasep, chegam, respectivamente, a 81 milhões, 18 milhões e 16 milhões de cruzeiros.

Estes compromissos somam até o presente, compromissos relativos à administração anterior, a 631 milhões 522 mil cruzeiros, num Orçamento de 800 milhões de cruzeiros. Diante destes compromissos, o saldo mensal existente, a receita disponível do Município de Rio Branco do Sul é de 11 milhões de cruzeiros por mês, para uma folha de pagamento de 32 milhões e com encargos sociais de 10 milhões de cruzeiros.

Então, as despesas do município somam a 45 milhões de cruzeiros e têm 11 milhões de receita. Filas de credores da administração anterior, embaraçam os procedimentos administrativos do novo prefeito peemedebista; equipamento rodoviário, completamente danificado; algumas obras, apenas iniciadas; mas o problema mais sério, o fulcro desta denúncia de hoje, é o Convênio Propav, convênio esse, que como sabem os Srs. Deputados, prevê repasses de recursos da EBTU, do Birde e do Propav; no caso de Rio Branco do Sul, orçava à quantia de 69 milhões e 300 mil cruzeiros, para execução de pavimentação de baixo custo, em 6.099 metros de ruas, divididos em trechos; do total dos recursos desse convênio, total de 69 milhões, a Prefeitura do PDS já havia recebido 65 milhões, 468 mil e 200 cruzeiros, portanto, 95% dos recursos já haviam sido recebidos; da soma dos recursos recebidos pela Prefeitura, o valor de 54 milhões, 793 mil cruzeiros, foram repassados à Emprosul, empresa contratada para a execução das obras. Teoricamente, deveríamos encontrar, nos cofres da Prefeitura, 10 milhões, 674 mil cruzeiros, em caixa ou em bancos, em nome da Prefeitura, na conta-convênio, esse valor vem a ser, precisamente, a diferença do valor pago à Emprosul, e o saldo, diante do valor recebido pelo convênio.

Não há recurso algum. Do total de metros de ruas a serem pavimentadas, foram concluídos apenas 1.179 metros, equivalente portanto, a 19,33% do percurso contratado; 95% dos recursos foram recebidos e 19,33% das estradas, da pavimentação, executadas.

A situação do convênio de Rio Branco do Sul é, de uma maneira geral, a situação dos convênios repassados pela Comec para quase todos os municípios da região metropolitana administrados pelo PDS. É esta situação, uma das grandes questões a ser abordada pelo CPI dos municípios, nesta Assembléia.

Este quadro comprometedor deixa absolutamente sem ação o Prefeito Áureo Gomes da Silva, do Município de Rio Branco do Sul.

Estou encaminhando um requerimento através da Mesa, solicitando à Comec, que, reestude as possibilidades da retomada do convênio, abrindo um inquérito administrativo para apurar as responsabilidades administrativas e criminais ocorridas na execução desse projeto Propav.

Esta é, Srs. Deputados do PDS, uma primeira denúncia, uma primeira verificação de uma série de desmandos administrativos, produtos da situação levantada, com habilidade, pelo Deputado Fiori Luiz; é o produto do autoritarismo, desvios de fundo, da Comec, para pagar convênios glosados pelo Banco Central; esta questão do convênio com o Banco Central, é uma questão importantíssima, do convênio com a laurif, é uma espécie de coordenação metropolitana da região de Ille de France, da região de Paris; a laurif recebeu; a Comec não sofreu desancaixe da quantia, e o Banco Central glosou a remessa, mas, a laurif acusa o recebimento. Provavelmente, algumas almas caridosas, resolveram desembolsar uma enorme quantia em dólares que foi contrabandeada do Brasil para a França para pagar um órgão público. A situação nessa área a região metropolitana é realmente terrível e, desta tribuna, estou solicitando mais material por parte do nosso companheiro Joel Ramalho, coordenador da Comec, para que esta Assembléia possa, através da CPI, tomar as necessárias providências. É grande o interesse dos Deputados do PMDB e do PDS pela moralização e correta aplicação dos recursos públicos, e assim ter a possibilidade de seguir o seu curso.

Era o que tínhamos a trazer, neste plenário, ao conhecimento dos Srs. Deputados.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Há o mesmo interesse por parte da Bancada do PDS quanto da Bancada do PMDB, no sentido de apurar eventuais irregularidades praticadas com relação ao manuseio de verbas públicas oficiais no Estado do Paraná.

Portanto, Vossa Excelência tem, por parte da Bancada do PDS, o mesmo apoio que nós oferecemos ao Deputado Alencar Furtado, quando trouxe denúncias a respeito da administração anterior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Nestas questões, o comportamento que nós esperamos do PDS é exatamente esse. A Liderança do PMDB agradece o comportamento e a questão da sindicância. O levantamento da situação está agora com o arquiteto Joel Ramalho, presidente da Comec nesta gestão do PMDB.

O Sr. Tuguio Setogutte — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). — Quero parabenizá-lo pela sua presença em plenário com documentos, o que nós achamos de toda justiça que, através de nossa bancada, hipotecada que foi a solidariedade para que se averigue com toda a justiça o que aconteceu no Município de Rio Branco.

Apenas queria complementar para dizer que tivemos o programa Propar em Umuarama e realmente para se receber esse dinheiro, tivemos que inclusive, na nossa cidade de Umuarama, a presença de técnicos do Banco Interamericano, na oportunidade, para que chegasse e para que, de corpo presente, visse o andamento das obras.

Lamentamos realmente o que aconteceu ou o que pode ter acontecido em Rio Branco, que é tão próximo da Capital, e em Umuarama sempre tivemos os técnicos do exterior, que para lá se dirigiam e acompanhavam os trabalhos do programa, inclusive é bastante lamentável, porque a figura, não do Paraná, nem a do Município de Rio Branco é que fica moralizada perante outros países, mas é a condição própria do Paraná e a condição própria de nós brasileiros, é que ficará numa situação bastante incômoda para novos empréstimos, se assim for de desejo do Sr. Governador, ou para que nós não sejamos tachados de incompetentes na nossa programação, porque para se obter esse dinheiro, teve-se que fazer um projeto e esse projeto com o dinheiro arrecadado, como bem disse Vossa Excelência, teria que ser cumprido, e se não o foi, nós esperamos que realmente a CPI traga luz e realmente esses culpados sejam condenados

como de fato, se o foram, ou serão.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Deputado Tuguio Setogutte.

Mais uma vez verificamos que o engenheiro Joel Ramalho, terá, não o respaldo de um Partido, mas o respaldo desta Assembléia para por às últimas conseqüências na sindicância que necessariamente terá que ir em cima das questões ocorridas em cima do programa Propave. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial da criação da Caixa Econômica Estadual.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Roberto Requião, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial da criação da Caixa Econômica Estadual.—

Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Ofício nº 024/83, subscrito pelo Sr. Deputado Djalma de Almeida César, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhando Projeto de Resolução nº 51/83, que determina o arquivamento das proposições que especifica, de autoria desta Comissão de Constituição e Justiça.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 07/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que denomina "PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS", ao atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e ao Centro Acadêmico Hugo Simas, pela autonomia alcançada no dia de hoje, após quase vinte anos de jugo e interferências nas suas direções.— Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa vai conceder a palavra ao nobre Deputado, já que em voto de regozijo não cabe encaminhamento de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência poderia anunciar o dispositivo legal em que Vossa Excelên-

cia se ampara para dizer que não cabe encaminhamento de votação ao voto?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — De regozijo. É o artigo 172 do Regimento Interno, nobre Deputado, § único. As proposições não sujeitas à discussão não admitirão encaminhamento de votação. Como voto de regozijo não se admite discussão, evidentemente este artigo do Regimento impede o encaminhamento de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu agradeço e abro mão da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista). Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelos falecimentos dos Srs. Idimão Simão e Nelson Ferreira, ocorridos no Município de Peabiru.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, objetivando a prorrogação do Convênio n.º 08 de 17.06.82, firmado entre aquele Ministério e os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, que concedeu isenção do ICM de frango até 30.06.83.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social e Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, encarecendo estudos para implantação nos vencimentos dos funcionários estatutários da Escola para Menores Professor Queiroz Filho, do adicional por risco de vida, e os contratados sob regime CLT, o adicional previsto naquela legislação, por periculosidade e insalubridade.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Sr. Anandio Ghellenn, ocorrido no município de Marmeleiro.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Diretório Municipal e à Bancada do PDS, pela atitude e posição assumida, em defesa do interesse público do Município de Quedas do Iguaçu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo estudos para reformulação do convênio Propav, entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, para repasse de recursos atendidos por EBTU, Bird e Propav, na execução de pavimentação de ruas naquele município.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, para que o mesmo autorize a abertura de uma agência bancária, no Distrito de Nova Laranjeira, no Município de Laranjeiras do Sul.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido da instalação de uma unidade de Pronto Socorro, na região sul de nossa Capital, para atendimento dos bairros Pinheirinho, Boqueirão e Capão Raso.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, no sentido que o mesmo

determine a Emopar, para que seja reformada a Escola Estadual "Irêno Moreira Nascimento", ensino de 1.º grau, no Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido da Cohapar construir quarenta e quatro residências financiáveis pelo Sistema Financeiro da Habitação, no Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido da Cohapar implantar um núcleo habitacional para o atendimento de sessenta famílias na sede do Distrito de Ventania no Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido da Cohapar reativar o programa de desfavelamento, implantando um núcleo na sede do Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, no sentido da Emopar, proceder a reformas prédios que abrigam a Escola Estadual "Alberto Silva Paraná", na sede do Distrito de Ventania, e também a reforma da Delegacia de Polícia e Cadeia Públicas do Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança, visando a construção de prédio para a Delegacia e Cadeia, na sede do Distrito de Ventania no Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido daquela Secretaria custear a manutenção da Delegacia de Polícia do Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, visando a construção de Minipostos de Saúde nas localidades de Caetano Mendes e Alto do Amparo no Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, para que seja fornecido material necessário ao pleno funcionamento de Miniposto de Saúde na localidade de Barro Preto, no Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, pedindo a atualização monetária dos valores convencionados entre a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha e aquela Secretaria, relativos à construção de um Centro Social Rural do tipo "B-2", na sede do Distrito de Ventania, no Município de Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Governador do Estado para que através dos órgãos estaduais da administração, para que o pessoal destacado para atender aos Postos de Fiscalização da Polícia Estadual, em todo o território paranaense, tenham treinamento especializado para o atendimento e prestação de primeiros socorros, bem como os

Postos de Patrulhamento sejam dotados de material necessário, ao atendimento médico de emergência.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao CNP — Conselho Nacional de Petróleo, objetivando informações das últimas determinações daquele órgão, referentes ao transporte rodoviário de combustíveis petroíferos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo no sentido de ser atribuída à Sra. Clarice Nascimento Belenda, viúva do ex-Prefeito de Centenário do Sul, uma pensão mensal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro do Interior e Presidente do Banco Nacional da Habitação, voto de repúdio às medidas tomadas e de esperança em que, um dia, finalmente, os altos dirigentes da economia nacional deixem de se ocupar nos rombos orçamentários por eles mesmos gerados e atenda aos reais anseios da população brasileira por uma vida decente, pautada pela justiça social.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, visando repasse, através do Departamento Estadual de Estatística - DER, de tecnologia, no sentido da implantação de um órgão estatístico municipal para o Município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, objetivando a continuidade do programa de assistência técnica prestada pela Companhia de Processamento de Dados do Paraná — Celepar, relativo ao projeto "Ciata" no Município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, para que, através da Copel, seja implantada eletrificação rural nas localidades de Barreiro, Sapé (Ventania), Limeira Serrado Grande, todas no Município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, objetivando o fornecimento de assistência técnica e financeira, para restauração de antiga caixa d'água no Município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja efetuada a construção de um viaduto ou anel rodoviário na BR-277 na estrada do Município de Guarapuava.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Mesa Executiva deste Poder, do Relatório encaminhado pela Comissão Especial-Usina Central do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência, para a tramitação do Projeto de Lei nº 47/83 e a sua inclusão na Ordem do Dia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inclusão do Projeto de

Lei nº 14/83 na Ordem do Dia da Sessão do dia 23 do corrente. **Aprovado.**— Ao Departamnetno Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna roubando o tempo dos eminentes Deputados estaduais, em Explicações Pessoais, para fazer a colocação a respeito de insinuações feitas pelo Deputado "peralta" a respeito do meu posicionamento com relação à sucessão presidencial.

Faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em respeito a esta Casa, aos meus companheiros de partido e a alguns ilustres companheiros da Assembléia Legislativa, membros do Partido do PMDB. Não o faço com relação ao autor da insinuação porque aprendi com o inesquecível Milton Campos, que só se deve dar resposta, a quem merece as respostas, porque com o passado dos homens públicos, não se pode dar importância ao coachar do sapo da lagoa e do lamaçal, portanto aos sapos que pululam na infâmia, na intriga e na falta de respeito e de decoro parlamentar, a estes eu não respondo, mas explico a minha posição com relação a entrevista que concedi à "Folha de São Paulo", em razão do respeito que devoto a esta Casa, à Imprensa e ao Paraná.

Não àqueles que se constituem não só em Deputados "peraltas", mas também em Deputados sem caráter, que insinuam a respeito da honradez alheia.

Faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na certeza de que os eleitores têm julgado os meus atos das campanhas eleitorais e o Paraná conhece a modéstia da minha atuação parlamentar, mas faço também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com absoluta tranqüilidade, porque prefiro apoiar um homem que tem a coragem de disputar, do que ser companheiro político de um bicheiro, de um Governador corrupto do PMDB, Chagas Freitas, e prefiro muito mais apoiar um homem que tem a coragem da disputa do que aquele que comprovadamente fez corrupção no Estado do Rio de Janeiro.

Mas, Sr. Presidente, quando o Deputado Malaguido se refere e faz insinuações a respeito da honrabilidade pessoal de Parlamentares desta Casa e do meu partido, respondo a ele: os beneficiários de uma eventual corrupção do Sr. Paulo Malluf, foram os seus companheiros do PMDB de São Paulo. Que segundo notícias do "Estado de São Paulo, do "Jornal, "A Folha de São Paulo", o Sr. Paulo Malluf, corrompeu companheiros de partido do Sr. Fiori Luiz Malaguido; e não do PDS.

Mais ainda, Sr. Presidente, fui honrado e comunico a esta Casa, com um telegrama, de um homem que eu considero sério; ilustre Parlamentar da República, ex-Presidente do Congresso Nacional, ex-Governador de Pernambuco, que me honrou com um telegrama do Senado Federal, com o seguinte texto: (LÊ): "Cumprimento prezado amigo e agradeço sensibilizado suas palavras apreço minha pessoa, divulgadas "Folha São Paulo" domingo último. Esperando vê-lo brevemente, envio cordial abraço. Senador Marco Maciel".

Na entrevista que concedi à "Folha de São Paulo", ao jornalista Eduardo, eu afirmei que se dependesse apenas do meu juízo pessoal, votaria com muita satisfação no Senador Marco Maciel. E ele me indagou a respeito dos outros presidenciais, e fiz referências a cada um dos presidenciais; e disse que, com relação ao Sr. Paulo Malluf, de quem eu não era companheiro político, em quem eu não gostaria e não votaria na convenção nacional do PDS, eu não poderia desconhecê-lo com a sua luta, em favor da sua candidatura, estava prestando um serviço à classe política nacional.

Foi esta a colocação que fiz e aliás o jornalista foi muito

correto ao colocar as minhas declarações ao jornal no respeitável jornal "A Folha de São Paulo".

Portanto, esclareço aos Deputados bem intencionados, não aos maus formados, não aos maus informados, a minha posição pessoal. E naturalmente seguirei a orientação e a conversa e o diálogo dos companheiros do meu partido.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência. Insisti quando ocupava a tribuna desta Casa o Deputado Fiori Luiz, para emitir o meu pensamento, não só sobre o juízo que pretendeu aquele parlamentar fazer de Vossa Excelência injusto, sem dúvida alguma. Mas como também para me posicionar diante de um pronunciamento que é repetitivo e que sai do íntimo do Deputado Fiori Luiz, com muita frequência. Mas lamentavelmente eu não tive até hoje, Deputado Luiz Alberto de Oliveira; Deputado de segunda Legislatura, a satisfação de poder dialogar, de poder discutir, de poder confrontar idéias, com o Deputado Fiori Luiz, quando ele está na tribuna. Simplesmente porque Sua Excelência se recusa ao debate; se recusa ao diálogo. Não concede apartes aos demais parlamentares, particularmente os parlamentares que não são do seu partido. Então nós ficamos privados da oportunidade altamente democrática, de discutir. E naquele momento, eu gostaria de lembrar ao Deputado que se encontrava na tribuna, que fez uma insinuação leviana, a Vossa Excelência de que é preciso que alguns setores do PMDB entendam definitivamente que a democracia comporta necessariamente a contrariedade de opiniões. E que a democracia comporta este debate livre, aberto, franco, que se faz hoje em torno da sucessão presidencial. Que não é um assunto para ser postergado não. O homem que vai comandar o Brasil, no próximo período administrativo, ele vai receber um fardo extremamente pesado; vai ter que arcar com responsabilidades enormes, para com as tensões sociais que estão aí, hoje, freqüentando a paisagem deste País. Vai ter que consolidar o processo de redemocratização do Brasil. Mas redemocratização para todos, não para um partido político.

E este quer me parecer seja o grande equívoco de muitos do PMDB nos dias de hoje, ou seja, aceitam a democracia como premissa sua mas não estendem a democracia aos outros, então é democracia pela metade, que se aproxima muito do totalitarismo que foi combatido outrora, e que hoje, ao que tudo indica, é o apanágio de muitos setores, inclusive do próprio Governo do Estado do Paraná.

Então como companheiro de bancada de Vossa Excelência e pelo respeito que eu devo a Vossa Excelência como Líder do nosso partido nesta Casa, eu quero, não desagrává-lo, Vossa Excelência não precisa disso.

Mas quero dizer com a maior tranquilidade, com a maior pureza de sentimentos de que lamentavelmente mais uma vez fica aí a impunidade do Sr. Fiori Luiz.

Já acusou inúmeras vezes, nunca provou absolutamente nada e mais do que isso fica o Deputado Fiori Luiz devendo ao nosso partido ainda, o debate que a democracia que ele defende e não aplica, faz com que cada um de nós possa realmente usufruir desse direito sagrado e certo.

Meus parabéns a Vossa Excelência e eu pretendo numa das próximas sessões referir-me particularmente à sucessão presidencial, porque, Deputado Luiz Alberto, quando o Deputado Fiori Luiz vai à tribuna ele fala do programa do Presidente, via satélite, Embratel a cores, televisão como se o Presidente pagasse o espaço, como se não soubesse Sua Excelência que é um homem egresso da comunicação social e que o programa é de uma rede de televisão de iniciativa privada e a ela compete convidar quem bem ela entender, como aliás repetidas e reiteradas vezes convidou Srs. da Oposição, inclusive Ulisses Guimarães, provavelmente mais idoso e mais velho de idéias do que aquele

que ele considerou um velho de pijamas o nosso ilustre companheiro Ney Braga.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência lembra bem, e partidário do autoritarismo do totalitarismo, porque foi também o Deputado Ulisses Guimarães autor do dispositivo constitucional que estabelece a oportunidade da nomeação dos Prefeitos biônicos nas estâncias hidrominerais, e à época companheiro de ditadura de Getúlio Vargas.

Então, realmente, com cancha no totalitarismo, no autoritarismo que hoje renega.

O Sr. Airton Cordeiro — Aliás, sobre bionicidade, muita gente do PMDB hoje é especialista.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu concordo, lamentavelmente eu concordo com Vossa Excelência e confesso que para mim é difícil e triste, vir a esta tribuna fazer as colocações que fiz a respeito do Deputado.

Faço retorno a dizer eminente Deputado Airton Cordeiro, eminentes companheiros, em respeito aos homens do PMDB, que têm um passado de lutas pelas suas idéias e pelos seus ideais a esta Casa, a este Paraná.

Mas, fico triste, nobre Deputado, quando Vossa Excelência lembra bem quando o Deputado Fiori Luiz que até a pouco estava no plenário, saiu do plenário para que ele não possa ouvir, de viva voz, aquilo que desejo expressar a respeito do seu comportamento político leviano, e a respeito da sua atuação nesta Casa, e também a respeito de sua atuação no passado.

Vou buscar os dados e vou ser patrulheiro sim a respeito do passado do Deputado Fiori Luiz. Do Deputado que gerou toda esta polêmica em razão de uma acusação que fez ao seu ex-patrão Paulo Cruz Pimentel. A razão de toda a má vontade, aparente, do Deputado Fiori Luiz com relação a este Deputado, é uma resposta que dei a ele a respeito do comportamento do Dr. Paulo Pimentel, seu ex-patrão, e o seu patrão atual o Governador José Richa. Mas Sua Excelência magoado que ficou, provavelmente resolveu deferir...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa Vossa Excelência que está encerrado o tempo de 15 minutos e indaga se deseja a prorrogação por mais 15 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito a Vossa Excelência para que possa ouvir os apartes.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mais, Deputado, na minha região, no Sudoeste, existe uma expressão popular que diz que alguns homens que não têm gratidão por aqueles que o ajudaram, se assemelham ao porco; na expressão popular, no ditado caboclo é o porco que come e depois vira o cocho. Quando o Deputado fazia as acusações ao Presidente da República, esquecido que o Presidente da República trouxe a eleição direta para o País, esquecido que o Presidente da República, em razão da inspiração paterna trouxe de volta os brasileiros, na anistia mais ampla possível, que possibilitou, por exemplo, o Governador Leonel Brizola derrotar a corrupção peemedebista, no Rio de Janeiro, esse Deputado apenas faz referência aos problemas que o Presidente da República enfrenta como Líder de uma Nação que tem dificuldades e que enfrenta num momento de crise. Mas ele esquece que o Presidente da República, ouvindo a sociedade brasileira, soube capitanear um processo de redemocratização tão necessário para o Brasil.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Deputado Luiz Alberto Oliveira: Solicitei este aparte porque conheço a formação de Vossa Excelência, a maneira com que tem desempenhado seus mandatos nesta Casa, sua atuação, a sua maneira correta de agir e para

dizer que estou solidário com Vossa Excelência, e de maneira nenhuma poderemos concordar com as palavras proferidas pelo Deputado Fiori Luiz.

Recordo-me, há poucos instantes, quando o Deputado Ferrari Júnior levantava uma questão de ordem e dizia da indelicadeza de pedir a chamada nominal quando o Sr. Deputado se encontrava na tribuna. Nós também concordarmos, mas nenhuma indelicadeza é quando está na tribuna uma pessoa como o Deputado Fiori Luiz que não tem ética, não tem moral e nem educação pela maneira com que se conduz, nesta Casa. O que nós queremos, nesta Casa, é que haja paz, que haja harmonia, tranquilidade e que cada Deputado defenda seu ponto de vista, coerente com o seu ponto de vista, mas que haja uma cordialidade entre as bancadas. Eu, ontem, lamentei quando houve aquele pequeno incidente com o Deputado Artagão Mattos Leão porque ele se tem conduzido de uma maneira correta nesta Casa quando tem assumido a liderança; procurado, pacificamente, defender e conduzir os trabalhos na sua liderança.

Agora, há pouco, ocupou a tribuna o Deputado Roberto Requião, trazendo uma denúncia de Rio Branco do Sul. Nada mais justo, e que recebeu o apoio de nossa bancada através de Vossa Excelência. Esse é o nosso papel, mas é preciso que haja um respeito nesta Casa. Chamar o PDS de subserviente, como ele quis analisar, está pensando alcaguete e outros nomes, que se encontra ele na...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Quem não tem honra, não se preocupa com a honra alheia.

O Sr. Gilberto Carvalho — ... fazendo demagogia. É preciso que haja um paradeiro nesta Casa, para que nós possamos trabalhar.

E eu desafio que ele traga a esta Casa, em todo este mandato, todos os seus pronunciamentos que vieram em benefício desta Casa e do povo do Paraná, para fazer uma análise.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência tem que pedir os pronunciamentos lidos, porque pronunciamento de improviso Sua Excelência não tem capacidade de fazê-lo.

O Sr. Gilberto Carvalho — Veja bem, nobre Deputado, ele falou em biônico, o Presidente que será eleito, Presidente biônico.

Nós também não concordamos e queremos a eleição direta e temos pregado. Fomos prejudicados nesta última eleição, com a vinculação de voto, e uma série de outras coisas que tanto prejudicam uma bancada quanto a outra. E falou em biônico. Nós sabemos que nas eleições para escolha do Presidente da República esta Casa deverá designar alguns Deputados, representantes desta Casa para escolher, para eleger o futuro Presidente da República, e será do PMDB, porque tem a maioria desta Casa. É a lei, é a regra do jogo, de acordo com a Constituição e que nós queremos mudar.

Mas, não é por isto que temos que atacar um ao outro Deputado, como se fôssemos os culpados. O que temos a fazer é com que haja um entendimento, um diálogo entre as bancadas para que, juntos, possamos lutar para mudar e trazer o que for melhor para o Paraná e para o Brasil.

Cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradecendo o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, talvez eu deva a este plenário uma explicação.

Anteontem tive uma alteração verbal neste plenário, ou uma discussão parlamentar com o Deputado que não se encontra no plenário.

Ontem, Sua Excelência, nos corredores da Assembléia Legislativa, e no restaurante da Assembléia Legislativa, fazia a este Deputado insinuações.

E eu esperei, ontem, pacientemente, de que as levianas colocações do Deputado, feitas no restaurante da Casa, covardemente feitas no restaurante da Casa, com relação a este Deputado, pudessem ser ditas daquela tribuna, para que eu tivesse o sacrossanto direito de defesa.

Mas, Sua Excelência não veio, e apenas ficou a linguagem irresponsável de calúnia do restaurante da Casa, perto de assessores meus, como que quisesse mandar um recado a este Deputado.

Pois bem.

Eu respondo ao Deputado, da tribuna, porque nunca fiz colocações a respeito de nenhum Deputado, fora desta tribuna. Deus poupou-me o sentimento do medo.

E tenho o meu passado para responder pelos meus atos presentes.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que vim à tribuna nesta tarde, para dizer aos eminentes Deputados do PMDB que me dão o prazer de me ouvir neste desalinhado discurso, Deputado Djalma, de Ponta Grossa, que me honra com a sua amizade pessoal, o Deputado Roberto Requião e o Deputado Edmar Luiz Costa, e o Deputado Adhail Sprenger Passos, Deputado Antônio Anibelli e aos meus companheiros, Deputado Nestor Baptista que preside esta Casa, a explicação que eu gostaria de dar ao Plenário desta Casa, e ao Deputado Nelson Vasconcellos, a explicação que eu gostaria de trazer ao conhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, sexta-feira, às 10 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 359/83

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor da funcionária IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula nº 206, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 1310).

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de maio de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA — Diretor Geral

PORTARIA Nº 360/83

designar CARLOS ALBERTO MAINGUÊ, contratado deste Poder, como Auxiliar de Cerimonial, para prestar serviços no Serviço de Cerimonial e Relações Públicas, a partir de 04 de maio de 1983.

(Protoc. nº 2346).

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de maio de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA — Diretor Geral

PORTARIA Nº 361/83

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1983, do funcionário FUAD JARRUS, ora à disposição desta Casa, ficando o mesmo designado para prestar serviços no Serviço de Assistência Social.

(Protoc. nº 1423).

PORTARIA Nº 362/83

mandar contar, em favor de GILBERTO DAROS, matrícula nº 517, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 3781).

PORTARIA Nº 363/83

designar ADEMIR ANTÔNIO DOS SANTOS, funcionário contratado deste Poder, pela Resolução nº 71/80, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, a partir de 08 de maio de 1983.

(Protoc. nº 3713).

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA – Diretor Geral

PORTARIA Nº 364/83

designar HARRY AVON, funcionário contratado deste Poder, como Datilógrafo, para prestar serviços na Coordenadoria Técnica da Mesa, junto à Seção da Ordem do Dia, a partir de 04 de maio de 1983.

(Protoc. nº 2083).

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA – Diretor Geral

PORTARIA Nº 365/83

conceder à funcionária HONORIA MARTINS SILVEIRA DO VALLE, matrícula nº 201, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de maio de 1983.

(Protoc. nº 3884).

PORTARIA Nº 366/83

mandar incorporar, ao acervo de serviço público de BELKIZ FERNANDES, matrícula nº 385, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 19 de julho de 1974 e 19 de maio de 1979, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1974, contadas em dobro.

(Protoc. nº 3462).

PORTARIA Nº 367/83

designar MARIA JUREMA MEXIKO, funcionária contratada pela Administração, como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 09 de maio de 1983.

(Protoc. nº 3985).

PORTARIA Nº 368/83

designar SONIA MARIA LEITE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Vice-Presidência, até 31 de dezembro de 1983.

(Protoc. nº 3847).

PORTARIA Nº 369/83

prorrogar até 31 de dezembro de 1983, a permanência neste Poder, da funcionária REGINA IONE FRANÇA, ficando a

mesma designada para prestar serviços no Gabinete da Consultoria Legislativa.

(Protoc. nº 3845).

PORTARIA Nº 370/83

designar DANIEL ALEXANDRE PEREIRA, funcionário contratado deste Poder, pela Administração como Atendente da Administração, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 09 de maio de 1983.

(Protoc. nº 3984).

PORTARIA Nº 371/83

designar LUIZ AUGUSTINHO DA SILVA, funcionário contratado pela Administração, como Agente de Segurança, para prestar serviços no Serviço de Segurança, a partir de 09 de maio de 1983.

(Protoc. nº 3983).

PORTARIA Nº 372/83

prorrogar até 31 de dezembro de 1983, a permanência neste Poder, dos funcionários abaixo relacionados, todos à disposição desta Casa, ficando os mesmos designados conforme específica:

ALTAIR DA LUZ – Gabinete da 2a. Secretaria

IVO MACHADO – Gabinete da Liderança do Governo

MIRIAN BORGES – Departamento Administrativo

SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA – Departamento Administrativo

(Protoc. nº 3846).

PORTARIA Nº 373/83

conceder ao funcionário DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula nº 494, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 16 de maio de 1983.

(Protoc. nº 3986).

PORTARIA Nº 374/83

conceder à funcionária MARLENE PERRY GONÇALVES, matrícula nº 158, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 17 de maio de 1983.

(Protoc. nº 3997).

PORTARIA Nº 375/83

conceder ao funcionário JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula nº 392, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1982, a partir de 09 de maio de 1983.

(Protoc. nº 3993).

PORTARIA Nº 376/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOÃO CAXIAS URBAN, matrícula nº 408, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 09 de novembro de 1978 e 09 de maio de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio.

(Protoc. nº 3187).

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de maio de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA – Diretor Geral